

**Aula 00 - Profa.  
Mariana Paludetto**

*Prefeitura de Navegantes-SC (Professor  
de Atendimento Especializado)*

*Conhecimentos Específicos - 2026*

*(Pós-Edital)*

Autor:

**Mariana Paludetto de Andrade,  
Otávio Augusto Moser Prado,  
Ricardo Torques, Stefan Fantini**

30 de Abril de 2026

## Sumário

<i>Apresentação Pessoal</i> .....	2
<i>Apresentação da Aula</i> .....	3
<i>História da inclusão escolar no Brasil</i> .....	3
<i>Educação Especial: da exclusão à inclusão</i> .....	18
<i>Educação Especial na perspectiva inclusiva: o que significa na prática?</i> .....	20
<i>Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica e A Escola (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial.)</i> .....	22
<i>Os 4 pilares da educação e a educação especial</i> .....	34
<i>Questões Comentadas</i> .....	36
<i>Lista de Questões</i> .....	67
<i>Gabarito</i> .....	84



## APRESENTAÇÃO PESSOAL

Olá, pessoal!

Meu nome é **Mariana Paludetto** e sou professora de Conhecimentos Pedagógicos aqui no Estratégia Concursos. Minha principal formação é como Pedagoga mas também sou Bióloga e possuo especializações em Educação Inclusiva, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Psicomotricidade e Docência no Ensino Superior. Hoje, sou mestranda em Educação.

Durante minha vida profissional, trabalhei sempre na rede pública. Comecei na SME SP como estagiária, ainda durante a graduação em Pedagogia, e em 2010, poucos meses após me formar, conquistei minha primeira aprovação em concursos públicos, na própria SME SP no cargo de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Alguns anos depois, em 2015, fiz um concurso de acesso para Diretor de Escola e consegui minha aprovação (21º). Nesse meio tempo, também consegui algumas outras aprovações: fiquei em 9º para Oficial de Promotoria - Pedagogo no MP/SP e em 2º para Professor de Educação Infantil no SESC.

Comecei a trabalhar com preparatórios para concursos públicos em 2018 e logo depois fiz o processo seletivo do Estratégia Concursos, onde hoje sou professora exclusiva - ou seja, vocês só terão acesso ao meu material e as minhas aulas por aqui :)

Certamente minha experiência como concurseira tem me ajudado a ser uma professora melhor para vocês. Fazer as provas ( e eu ainda faço, estou fazendo provas de concurso todo semestre!) me deixa bem atenta com as novidades e com as tendências das bancas.

Nas redes sociais também estou sempre produzindo conteúdo direcionado para quem está se preparando para concursos. Não deixe de me seguir por lá!

**Youtube:** *Canal Mari Pedagoga*

**Instagram:** @mari.pedagoga



## APRESENTAÇÃO DA AULA

Nesta aula, vamos percorrer um caminho histórico, conceitual e pedagógico que nos permitirá compreender como a Educação Especial evoluiu no Brasil e como a perspectiva inclusiva se consolidou como princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas.

Iniciaremos analisando a história da inclusão escolar no Brasil, entendendo que o modelo atual não surgiu de forma espontânea, mas é resultado de transformações sociais, políticas e legais. Veremos como, durante muito tempo, predominou a exclusão das pessoas com deficiência dos espaços escolares, seguida por um período de segregação em instituições especializadas e, posteriormente, pela lógica da integração, na qual o estudante precisava se adaptar à escola regular.

Em seguida, aprofundaremos a discussão em Educação Especial: da exclusão à inclusão, refletindo sobre as mudanças de paradigma — especialmente a transição do modelo médico para o modelo social da deficiência. Essa mudança altera profundamente o foco: deixa-se de compreender a deficiência como um problema individual e passa-se a identificar as barreiras sociais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas como fatores que limitam a participação.

Avançaremos para a compreensão da Educação Especial na perspectiva inclusiva, discutindo o que isso significa na prática escolar. Abordaremos o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a importância do planejamento flexível, das adaptações curriculares, da avaliação inclusiva e do trabalho colaborativo entre profissionais. Mais do que garantir matrícula, a inclusão exige assegurar aprendizagem, participação e pertencimento.

Também estudaremos o documento do Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, que trata da fundamentação filosófica da Educação Inclusiva e do papel da escola nesse processo. Nesse momento, refletiremos sobre a escola como espaço de direitos, diversidade e democratização do ensino, compreendendo que a inclusão não é um favor, mas um princípio ético e político que sustenta a educação pública.

Por fim, relacionaremos o tema aos quatro pilares da educação — aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser — analisando como esses fundamentos dialogam com a Educação Especial. Perceberemos que a inclusão fortalece todos esses pilares, pois promove o respeito às diferenças, a cooperação, a autonomia e o desenvolvimento integral do estudante.

Ao final da aula, espera-se que possamos compreender que a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, não é uma modalidade isolada, mas uma dimensão transversal que atravessa toda a prática pedagógica, exigindo compromisso, reflexão e transformação constante da escola.

## HISTÓRIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Grosso modo, educação inclusiva é aquela educação que **inclui a todos**, àquela que todos têm direito à **acesso e a permanência, com garantia de qualidade**. Sendo assim, o estudo sobre a história da educação inclusiva deve partir do ponto da **democratização do acesso à educação**.



Vamos fazer um breve passeio pela história da educação, com objetivo de identificar em qual momento da nossa história a educação começou a se tornar democrática em seu acesso e permanência.

**Educação Primitiva:** Nas primeiras sociedades, a educação acontecia de forma espontânea e através do exemplo. Não existia nenhum tipo de escola ou de forma de ensino sistematizado. Tudo aquilo que precisava ser ensinado para as crianças através da oralidade e da imitação.

**Educação Oriental:** No Oriente surgiram as primeiras civilizações. Nesse período, a educação também era constituída da transmissão oral de tradições e costumes dos mais velhos sendo passadas aos mais jovens. Aqui, já existiam instituições que se assemelham ao que hoje chamamos de escola.

No Egito, por exemplo, as crianças começavam a frequentar a escola por volta dos sete anos de idade e aprendiam a ler, contar, conceitos de astronomia, música e poesia.

Já os hebreus tinham um sistema educacional com duração de quase uma década, marcado fortemente pelo ensinamento de preceitos religiosos e no desenvolvimento de habilidades manuais.

A China também tinha uma educação marcada pelo ensinamento religioso e se destaca pela rigidez e controle que os mestres tinham sob seus discípulos.

Todos esses modelos de educação, porém, não eram de acesso democrático. No Egito, apenas os mais ricos tinham acesso à educação. Entre os hebreus e chineses, a educação era diferente para aqueles que eram mais ricos e aqueles que eram mais pobres.

Na Índia, a desigualdade no acesso à educação era ainda mais potente: a educação dependia da casta ocupada pela criança. Os de castas superiores tinham acesso a um modelo educacional semelhante ao que temos hoje, os mais pobres era educados apenas em atividades manuais e os párias não tinham direito a nenhum tipo de acesso a educação ou preparação ao trabalho.

**Educação Grega:** No ocidente, o acesso à educação tem início com os processos de educação grego e também romano. Na Grécia, com surgimento da pólis (a cidade), aparece a urgência de se preparar e formar o cidadão, aquele que deve saber viver no ambiente democrático



proposto por esse novo modelo de organização social. Paralelo a isso, várias ciências começaram a ser desenvolvidas nesse período histórico, como a astronomia, a geometria e a matemática, tornando o ambiente propício para a organização de um sistema de educação mais sistematizado.

Para a educação grega, deveria ser formado o homem virtuoso, completo, o que só seria possível através de uma educação que integrasse corpo e mente. Baseado nesse ideal de homem que se pretendia formar, um modelo de “escola” começa a surgir.

As crianças pequenas, até por volta dos seus cinco anos de idade, eram educadas em casa e não deviam ter acesso a nada que pudesse corrompê-la ou prejudicar seu desenvolvimento moral, sendo considerado até mesmo inadequado deixar tais crianças aos cuidados de escravos.

A partir dessa idade, os meninos começavam a ter acesso à educação. Em Esparta, se privilegiava o desenvolvimento físico e a formação para a guerra, com a criança crescendo sob muita rigidez e com necessidade de obediência. As mulheres também participavam das atividades de desenvolvimento físico e das festividades. Vale lembrar que, com essa valorização das capacidades físicas, não existia espaço nenhum para inclusão de deficientes ou de pessoas com qualquer tipo de necessidade especial.

Já em Atenas, a educação era destinada a todos os cidadãos livres (ou seja, excluía-se dos processos de educação escravos e mulheres), e esses tinham acesso ao ensino da filosofia, da música, das letras e da matemática até que completassem 18 anos.

Como podemos observar, o modelo de educação grego também não é um modelo inclusivo, pois excluía as mulheres e os mais pobres da possibilidade de acesso à educação, ou limitava a educação a apenas aspectos específicos, que não compreendem esse ideal de formação integral do indivíduo.

Um aspecto interessante da educação grega consiste no surgimento da ideia de educação que favorecendo o desenvolvimento global do indivíduo, em seu aspecto físico, moral e cognitivo. Esse ideal de educação perdura até hoje, tendo se destacado nos últimos anos como um modelo de Educação Integral.



**Educação Romana:** Na formação romana, o foco estava no caráter prático da educação. Assim, a preparação geralmente estava em torno do desenvolvimento de ofícios e a formação do guerreiro, além do desenvolvimento de habilidades para vida em sociedade e em família.

Nesse modelo, as crianças pequenas eram ensinadas em casa pelas mães e a partir dos sete anos de vida, passavam a ter acesso a um modelo de escola, onde as classes dominantes teriam acesso à cultura, arte, filosofia, matemática e letras, enquanto as classes “inferiores” teriam acesso apenas à formação para exercício de um ofício.

O modelo de educação romano também não é democrático em seu acesso, excluindo mulheres e os mais pobres.

**Educação Medieval:** Durante o período medieval, a educação ficou sob o domínio da Igreja e do cristianismo. Todo conhecimento produzido deveria estar a serviço da fé e a verdade absoluta só era encontrada na religião. Assim, as ciências que estavam se desenvolvendo com muita força anteriormente passaram a encontrar grandes obstáculos, passando a serem subordinadas ao conhecimento religioso.

Nessa época, surge a Escolástica, que é um “modelo” de escola cuja a função principal estava voltada para a capacidade de evangelizar do que de ensinar conhecimento produzido pela humanidade e trazia uma escola que se perpetuaria por muito tempo: uma escola baseada na disciplina rígida, marcada por prêmios por bom comportamento e castigos para comportamentos indesejados, pautada no ensino do latim, da gramática e da retórica.

Aqui, a escola continuava sendo excludente. Apenas homens membros das classes mais ricas da sociedade tinham acesso à educação, enquanto a grande maioria da população e as mulheres permaneciam sem nenhum tipo de acesso à educação formal.

Apenas o clero (pertencente à Igreja) sabia ler e tinha acesso aos livros e às descobertas científicas. A grande maioria da população permanecia analfabeta. Conhecimento era poder e todo poder era restrito ao clero.

**Educação no Renascimento:** O Renascimento foi um período marcado por grandes mudanças nas concepções de homem e de mundo. Volta a crescer um sentimento de valorização do conhecimento científico em detrimento do religioso, com início do desenvolvimento da ciência



moderna. Aqui a escola tinha uma metodologia pautada no aprendizado através das experiências e o surgimento da ideia de meritocracia: alguns já nasceriam com habilidades inatas voltadas para o conhecimento científicos e deveriam ser incentivados a continuar estudando e se aperfeiçoando, enquanto outros, sem essa aptidão natural, deveriam estudar apenas o suficiente para aprender um ofício.

Com isso, a educação continuava a ser excludente com mulheres e pobres, que raramente eram dotados dessa aptidão natural, enquanto todos os clérigos e nobres continuavam tendo melhores índices de acesso ao ensino.

**Educação Burguesa:** A partir da Contra Reforma, começam a surgir os Colégios Jesuítas e uma grande quantidade de manuais para pedagogos e para a educação em geral. Nesses Colégios, a educação abrangia os conhecimentos científicos, porém, eles deveriam estar “de acordo” com o que pregava a religião e os ensinamentos religiosos eram parte importante da educação.

Foi na Revolução Francesa, em 1789, que surge a primeira ideia de uma escola com acesso democrático. Os burgueses, até então excluídos dos processos educacionais que só abrangiam a nobreza e o clero, começam a reivindicar uma educação que fosse pública, gratuita, para todos e laica (ou seja, sem laços com ensino religioso).

Esse é o modelo de escola pelo qual lutamos até hoje: uma escola de fato democrática e inclusiva, que todos possam ter acesso e concluir seus estudos com qualidade.

Apesar desse ideal de escola para todos ser um dos grandes pilares da Revolução, e ter sido muito defendido na política, não foi colocado totalmente em prática. Ao se perceber a dificuldade que seria incluir todos dentro de um sistema de ensino público, os políticos decidiram que fariam isso por partes: primeiro incluiriam os burgueses para, em etapas, começar a incluir as parcelas mais pobres da população. Na prática, a escola dos sonhos burguesa, continuou excluindo os mais pobres.

**Educação Moderna:** A educação sempre é um reflexo de sua época e da sociedade em que está incluída. Na era moderna, houve um período de grande ascensão da ciência moderna, através do racionalismo de Descartes e do empirismo de Locke e Bacon.



Podemos citar **Johann Amós Comênius (1592-1670)** como um dos principais educadores da época, que é considerado hoje o pai da educação moderna. Comênius, inspirado pela criação da metodologia científica de Bacon, criou um método único, capaz de ensinar tudo a todos.

Sua obra mais famosa, “**Didática Magna**”, é um manual completo de boas práticas ao professor, onde ele relata com exatidão como deveria acontecer a aula e os processos de transmissão de conteúdos, de forma que fosse possível garantir a aprendizagem de todos os alunos. Apesar de muitos pontos de sua obra serem retrógrados e controversos, muito do que foi proposto por ele é aplicado até hoje em sala de aula.

Características essenciais da escola como conhecemos hoje como: sala com mais de quarenta alunos e apenas um professor, alunos sentados enfileirados, carteiras voltadas para a lousa onde fica o professor, o uso da cópia como ferramenta de aprendizado e a disciplina rígida foram propostas pela primeira vez justamente na “Didática Magna” de Comênius.

Apesar da escola proposta por Comênius ainda apresentar um dualismo cruel (escola de desenvolvimento integral para os ricos e escola para aprendizado de ofício aos pobres), já houve alguns avanços na democratização do acesso, incluindo alguns alunos pobres que apresentavam uma grande aptidão no aprendizado e de mulheres, que passaram a ser alfabetizadas e foram incumbidas de criar o material didático que seria utilizado nas escolas.

Outro grande educador que não podemos deixar de citar é **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)** que escreveu o tratado “Emílio” (também conhecido como “Da Educação”), que revolucionou o olhar para a educação. Na obra, ele defende a premissa básica de que o homem nasce bom e é a sociedade que o corrompe e, sendo assim, seria papel da educação “proteger” as crianças dessa sociedade.

Para ele, a educação até os cinco anos de idade deveria ser realizada no seio familiar, privilegiando aspectos físicos e espontâneos, voltada para a preocupação em manter a criança afastada da sociedade.

Dos cinco aos doze anos a criança deveria desenvolver suas aptidões físicas e entrar em contato com o mundo natural, sem intervenções desnecessárias dos adultos. As intervenções só deveriam começar a acontecer por volta dos doze anos, quando se dá início ao aprendizado de um



ofício ou profissão. Entre quinze e vinte anos, os homens deveriam estudar para florescer para a vida moral, religiosa e social.

Uma das principais características positivas desse tratado proposto por Rousseau foi a valorização dada à primeira infância e à brincadeira como forma efetiva de desenvolvimento e aprendizagem. Porém, seu modelo educacional ainda excluía as mulheres e os mais pobres.

Durante o final da Era Moderna e o início da Era Contemporânea a educação pública e gratuita começou a se tornar uma realidade concreta em alguns países, mas não ainda no Brasil. A democratização de acesso à educação no Brasil é bem mais recente.

**Educação Contemporânea:** Durante o século XIX houve um avanço muito grande da urbanização e do capitalismo em todo o mundo. Nesse novo paradigma, surge a necessidade de uma educação que crie mão-de-obra qualificada. Cresce então o número de escolas secundárias, que têm como objetivo oferecer o ensino profissionalizante.

A educação passa então a perder sua característica de servir para a formação integral do indivíduo, abrangendo seus aspectos éticos, estéticos e morais, e passa a ser uma educação de caráter puramente instrumentista, de preparação para mercado de trabalho.

Começa a existir um elo muito forte entre as ideias de educação e progresso, bem estar social e transformação. É importante ressaltar que nesse período surgem importantes teóricos críticos do modelo capitalista, como **Hegel e Marx**, que defendiam um modelo educacional que rompa com a estrutura capitalista e a manutenção de poder.

A educação contemporânea também é marcada pelo **desenvolvimento da Psicologia e pela sua influência na educação**.

Um dos grandes educadores desse período de mudança da Era Moderna para Era Contemporânea é **Johann Heinrich Pestalozzi (1746 – 1827)**. Ele acreditava que o afeto tinha um papel essencial na aprendizagem e que o papel do ensino seria levar as crianças a desenvolverem suas habilidades inatas e naturais.

Para ele, a escola deveria ser uma extensão do lar e oferecer conforto, segurança e afeto. Pestalozzi aplicou o que acreditava em sala de aula, pautando seu trabalho na crença da



necessidade de oferecer às crianças um desenvolvimento completo, em sua dimensão intelectual, física e moral.

Para Pestalozzi, o método ideal deveria partir do ensino de sons, formas e números para, em seguida, trabalhar o aprendizado da linguagem. No seu método não existiam provas, castigos ou notas.

Por acreditar que todos deveriam ter a oportunidade de desenvolver suas aptidões naturais, Pestalozzi foi um dos grandes defensores da democratização da escola, **possibilitando, inclusive, que pessoas com deficiência tivessem direito de acesso à educação**, mesmo que naquela época essa educação fosse ofertada de modo diferente ao que ela oferecido para as demais crianças.

Já **Friedrich Froebel (1782 – 1852)**, foi importante educador e merece ser lembrado por nós pela sua contribuição em democratizar o ensino para as crianças mais novas.

Froebel defendia a importância dos primeiros anos de vida das crianças para a formação e desenvolvimento do indivíduo. Apesar de muito ligado ao ensino religioso, o educador acreditava na importância das crianças menores também terem acesso a uma educação formal, além do seio familiar, e criou os primeiros jardins de infância, que tinha como objetivo o aprendizado através da brincadeira.

**Émile Durkheim (1858 – 1917)**, pai da Sociologia da Educação, é mais um dos autores desse período que não podemos deixar de citar. Ele defendia que a educação deveria contribuir para aprendizado de valores morais, o que facilitaria a vida em grupo e tornaria a própria sociedade melhor. Ele foi um dos grandes defensores da escola pública, gratuita, estatal e laica, que garanta acesso para todos.

Um outro autor importante e que teve um impacto bem importante na educação brasileira é o norte-americano **John Dewey (1859 – 1952)**. Ele se opunha ao modelo de educação que estava em voga até o momento, começando a enxergar o processo de ensino como ferramenta para humanização e transformação social. Ele via o aluno como um sujeito com saberes e experiências, que deveria desenvolver na escola o pensamento crítico e o raciocínio lógico.



Também destaco **Ovide Decroly (1871 – 1932)** como um grande educador nesse período. Para nós, é importante saber que ele foi um dos percussores do Movimento Escola Nova e trabalhou com meninos marginalizados. Assim como outros defensores do **Movimento Escolanovista**, foi grande ativista da escola pública, gratuita e para todos.



## LINHA DO TEMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:

### Antiguidade

**3000 a.C.** – Surgimento da escrita na Mesopotâmia e no Egito, permitindo a formalização da educação.

**Século V a.C.** – Filosofia grega (Sócrates, Platão e Aristóteles) influencia a educação ocidental.

**Século III a.C.** – Criação da Biblioteca de Alexandria, um dos maiores centros de conhecimento do mundo antigo.

**Educação Especial na Antiguidade** - Pessoas com deficiência eram, em sua maioria, excluídas da sociedade ou consideradas "incapazes" para a educação formal.

### Idade Média (476-1453)

**Século VI** – Criação das escolas monásticas e catedrais na Europa, voltadas para o ensino religioso.

**Século IX** – Fundação da Casa da Sabedoria em Bagdá, importante centro de estudos científicos e filosóficos.

**1088** – Fundação da Universidade de Bolonha, a primeira universidade europeia.

**Século XII-XIII** – Surgimento do método escolástico na educação, promovido por Tomás de Aquino.



**Educação Especial na Idade Média** - Algumas instituições religiosas prestavam assistência a pessoas com deficiência, mas não havia educação sistemática.

### **Idade Moderna (1453-1789)**

**Século XV-XVI** – Renascimento valoriza o humanismo e a educação clássica.

**1534** – Fundação da Companhia de Jesus (Jesuítas), que dissemina escolas pelo mundo.

**1632-1704** – John Locke defende a educação baseada na experiência e no empirismo.

**1762** – Rousseau publica Emílio, propondo uma educação natural e centrada na criança.

**Educação Especial na Idade Moderna** - Aqui começa a existir uma movimentação importante para história da Educação Especial, veja:

**1578** – Pedro Ponce de León, um monge espanhol, desenvolve métodos de ensino para surdos.

**1760** – Fundação da primeira escola para surdos no mundo, em Paris, pelo abade Charles-Michel de l'Épée.

**1801** – Jean-Marc Gaspard Itard desenvolve métodos de ensino para crianças com deficiência intelectual, tornando-se um dos pioneiros da Educação Especial.

### **Idade Contemporânea (1789 - dias atuais)**

**1792** – Revolução Francesa incentiva a educação pública, laica e universal.

**1859** – Charles Darwin publica A Origem das Espécies, influenciando a educação científica.

**1896** – John Dewey funda uma escola experimental em Chicago, desenvolvendo a educação progressista.

**1907** – Maria Montessori inaugura a primeira Casa dei Bambini, revolucionando a educação infantil.

**1954** – Nos EUA, a decisão Brown v. Board of Education declara ilegal a segregação racial nas escolas.

**1966** – Paulo Freire publica Pedagogia do Oprimido, influenciando a educação libertadora.



**1989** – Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU reconhece a educação como direito fundamental.

**2000** – Declaração de Dakar reafirma a Educação para Todos como meta global.

**2015** – A ONU lança os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a meta de educação inclusiva e de qualidade para todos.

**Educação Especial na Idade Contemporânea** - Nesse período surgem as maiores e mais importantes mudanças a favor da Educação Especial, vejamos:

### **Século XIX – Primeiras Escolas e Métodos**

**1817** – Thomas Gallaudet funda a primeira escola para surdos nos Estados Unidos.

**1832** – Louis Braille desenvolve o sistema de leitura tátil para cegos.

**1880** – Congresso de Milão promove a oralização como método principal na educação de surdos, marginalizando a Língua de Sinais.

**1898** – Maria Montessori inicia pesquisas sobre ensino para crianças com deficiência intelectual.

### **Século XX – Direitos e Inclusão**

**1954** – Caso Brown v. Board of Education nos EUA influencia a luta pela inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

**1961** – Criação do conceito de "Educação Especial" nos Estados Unidos, com serviços específicos para pessoas com deficiência.

**1975** – Lei de Educação para Todos os Portadores de Deficiência (EUA) garante acesso de crianças com deficiência ao ensino público.

**1982** – Declaração de Madrid reforça a importância da integração de alunos com deficiência no ensino regular.

**1994** – Declaração de Salamanca (UNESCO) estabelece a inclusão como princípio fundamental da Educação Especial.

### **Século XXI – Educação Inclusiva Global**

**2006** – Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece a educação inclusiva como um direito.

**2015** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluem a educação inclusiva e equitativa como meta global.



## Breve histórico da Educação Especial no Brasil

Vimos acima como a educação foi se tornando democrática em seu acesso no país e no mundo. No Brasil, **apenas na década de 1990** as populações mais pobres começaram a ter o acesso ao ensino garantido. Mas, até então, falava-se somente daquelas crianças que tinham, a princípio, condições de permanecer na escola regular sem necessitar de um suporte diferenciado (ou seja, as crianças denominadas à época como “normais”).

Como podemos imaginar, o **processo de inclusão das crianças com deficiência das escolas públicas regulares foi um desafio ainda maior no nosso país**. Nesse subtópico, vamos fazer uma análise breve de como esse movimento aconteceu.

O atendimento das crianças com deficiência ou transtorno de desenvolvimento no Brasil começou ainda na época do Império, porém sob o viés de segregação entre as crianças ditas “normais”, e aquelas que apresentavam qualquer tipo de dificuldade em acompanhar o ritmo da sala de aula de ensino regular.

Para as crianças com deficiência, a educação tinha caráter **puramente terapêutico e de reabilitação clínica**, em **substituição** ao ensino padrão.

Segundo Brandenburg (2013), a história da inclusão no Brasil remonta ao século XIX, por meio tanto de iniciativas particulares isoladas, quanto do interesse que alguns educadores tinham no atendimento à esse público. A preocupação do poder público com atendimento para essas pessoas só começou a surgir no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX.

Alguns movimentos como o **“Movimento Educação para Todos”**, de iniciativa popular, começam a pleitear junto ao governo que a educação passasse a também atingir essas crianças, em especial àqueles que advém de famílias mais pobres e que, na maioria das vezes, não tinha nenhum tipo de atendimento voltado para a aprendizagem.

Na Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, surge uma ideia de **integralização dessas crianças**, constando a previsão de atendimento especial para os excepcionais. Já em 1975, foi aprovada a



**Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**, que se trata de um documento oficial que pretende garantir o respeito e a dignidade dessas pessoas.

Na nossa já citada Constituição Federal de 1988, fica previsto que é dever do Estado garantir **atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência**, e que nas **redes regulares de ensino**, os professores deverão atender e acolher todos os estudantes.

Mesmo com essas mudanças na legislação, as crianças com deficiência ainda não haviam sido incluídas na sala de aula regular. Elas apenas foram integradas na escola, com o principal objetivo de “socializar” com as demais crianças, sem ter como foco a questão da aprendizagem.

Foi a partir **da Política Nacional de Educação Especial** que se tornou **obrigatória a matrícula** dos alunos na escola regular, sendo proibido às escolas, mesmo que particulares, recusarem a matrícula.

**A inclusão de fato das crianças com deficiência na sala de aula regular com garantia de aprendizagem é um processo ainda em construção no nosso país**. Foi durante os anos 2000 que a discussão em volta de um modelo de escola de fato inclusiva foi se constituindo no Brasil e, devido à temática ser recente, é um processo que ainda depende de muitos estudos, avaliações e propostas de melhoria.



## LINHA DO TEMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:

### **Período Colonial (1500-1822)**

**1549** – Chegada dos jesuítas ao Brasil, que implantam as primeiras escolas voltadas à catequese indígena.

**1759** – Expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal e criação das primeiras escolas públicas, com ensino laico e estatal.



**Educação Especial no período** - Não havia políticas ou instituições específicas. Crianças com deficiência eram, em sua maioria, excluídas do ensino formal.

### **Período Imperial (1822-1889)**

**1824** – Primeira Constituição do Brasil determina a criação de escolas primárias em todas as vilas e cidades.

#### **Educação Especial no período :**

**1854** – Fundação do Instituto Benjamin Constant (educação de cegos) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

**1856** – Criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), primeira escola para surdos no país.

### **República Velha (1889-1930)**

**1890** – A educação passa a ser responsabilidade dos estados, dificultando a universalização do ensino.

**1920** – Movimento dos Pioneiros da Educação Nova defende uma escola pública, laica e gratuita.

**Educação Especial:** O atendimento se restringia a instituições especializadas, com um modelo segregado, sem inclusão no ensino regular.

### **Era Vargas e Pós-Guerra (1930-1964)**

**1934** – A nova Constituição estabelece a obrigatoriedade da educação primária gratuita.

**1942** – Reformas Capanema estruturam o ensino secundário e técnico.

**1961** – Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), garantindo a descentralização do ensino.

**Educação Especial:** A educação de pessoas com deficiência começa a ser reconhecida, mas ainda é tratada como um sistema paralelo ao ensino regular.

**1957** – Criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ampliando o atendimento a crianças com deficiência intelectual.



**1961** – Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) menciona a Educação Especial, mas sem regulamentação clara.

### **Regime Militar (1964-1985)**

**1968** – Reforma universitária amplia a pós-graduação no Brasil.

**1971** – Nova LDB (Lei nº 5.692/71) torna o ensino de 1º grau (atual ensino fundamental) obrigatório.

**Educação Especial:** Avançam políticas específicas, mas o modelo ainda é segregado, com escolas e classes separadas para alunos com deficiência.

**1971** – Nova LDB (Lei nº 5.692/71) torna o ensino de 1º grau obrigatório e prevê "classes especiais" para alunos com deficiência.

**1973** – Criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeira política nacional para Educação Especial.

**1981** – Ano Internacional das Pessoas com Deficiência impulsiona o debate sobre inclusão.

### **Redemocratização e Constituição de 1988**

**1988** – Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado.

**1996** – Nova LDB (Lei nº 9.394/96) redefine o sistema educacional brasileiro.

**Educação Especial:** Consolidação do direito à educação inclusiva, embora a implementação ainda enfrente desafios.

**1988** – Constituição Federal reconhece a Educação Especial como direito e dever do Estado, garantindo atendimento educacional especializado.

**1994** – Declaração de Salamanca (ONU) incentiva a inclusão escolar de alunos com deficiência.

**1996** – Nova LDB (Lei nº 9.394/96) determina que a Educação Especial deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.

### **Século XXI – Expansão e Inclusão**



- 2001 – Implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) para expandir a escolarização.
  - 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
  - 2014 – Nova versão do PNE estabelece metas para a universalização do ensino.
  - 2017 – Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientando o currículo da Educação Básica.
- Educação Especial:** Fortalecimento da educação inclusiva, com desafios na adaptação de escolas, currículos e formação docente.
- 2001 – Implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), incluindo metas para a Educação Especial.
  - 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina que alunos com deficiência devem estudar na escola regular, com apoio especializado.
  - 2014 – Nova versão do PNE estabelece metas para a inclusão total de alunos com deficiência.
  - 2017 – Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo diretrizes para adaptação curricular na Educação Especial.
  - 2020 – Decreto nº 10.502/2020 tenta flexibilizar a inclusão, gerando debates sobre retrocessos na Educação Especial.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO

A história da Educação Especial é marcada por profundas **transformações conceituais, sociais e legais**. O percurso que vai da exclusão à inclusão revela não apenas mudanças pedagógicas, mas também **alterações na forma como a sociedade compreende a deficiência**, a diferença e o direito à educação.

### 1. O período da exclusão: invisibilidade e segregação

Durante séculos, pessoas com deficiência foram vistas sob perspectivas assistencialistas, médicas ou até religiosas. Em muitos contextos históricos, eram consideradas incapazes de aprender ou participar da vida social. A consequência foi a **exclusão total do sistema educacional**.



No Brasil, até o século XIX, praticamente não havia políticas públicas voltadas à escolarização de pessoas com deficiência. A criação do Instituto Benjamin Constant (1854) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857) marcou um avanço importante, mas ainda dentro de uma lógica segregada: instituições específicas, separadas da escola comum.

Nesse período, predominava o chamado **modelo médico da deficiência**, que entendia a limitação como um problema individual a ser tratado ou corrigido. A educação, quando existia, era paralela ao sistema regular.

## 2. O período da integração: acesso parcial e adaptação do aluno

A partir do século XX, especialmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), intensificaram-se os debates sobre igualdade de direitos. No campo educacional, surge a **perspectiva da integração**.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) passou a prever o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Contudo, a lógica ainda era integracionista: **o aluno com deficiência poderia frequentar a escola comum desde que se adaptasse a ela**.

A responsabilidade pela adaptação recaía principalmente sobre o estudante. Caso não acompanhasse o ritmo da turma, era comum o encaminhamento para classes ou escolas especiais. A escola regular pouco se modificava.

## 3. O marco da inclusão: mudança de paradigma

A década de 1990 trouxe um novo referencial internacional. **A Declaração de Salamanca** estabeleceu que **escolas regulares devem acolher todas as crianças**, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas.

A inclusão rompe com a lógica de que o estudante deve se adaptar à escola. Ao contrário, **é a escola que deve se reorganizar para atender à diversidade**. Surge o chamado **modelo social da deficiência**, que entende que as barreiras estão no ambiente, nas atitudes e nas estruturas, e não apenas na condição individual.



No Brasil, a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** consolidou esse movimento ao defender:

- A matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial na escola comum;
- O Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complemento, e não substituição da escolarização;
- A eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas;
- A formação de professores para a inclusão.

Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência reforçou o direito à educação inclusiva em todos os níveis, vedando a cobrança de taxas adicionais e reafirmando a obrigação das instituições de ensino em promover acessibilidade.

### Educação Especial na perspectiva inclusiva: o que significa na prática?

Hoje, a Educação Especial é entendida como **modalidade transversal** a **todos os níveis, etapas e modalidades** de ensino. Ela não substitui a escolarização comum, mas oferece suporte especializado.

O público-alvo da Educação Especial inclui:

- Pessoas com deficiência;
- Pessoas com transtornos do espectro autista;
- Pessoas com altas habilidades/superdotação.

Na prática, a inclusão exige:

- Planejamento pedagógico flexível;
- Adaptações curriculares quando necessárias;
- Uso de recursos de tecnologia assistiva;
- Avaliações diversificadas;
- Trabalho colaborativo entre professor da sala comum e professor do AEE.



Mais do que inserir o estudante na sala de aula, trata-se de garantir **participação, aprendizagem e pertencimento**.

### Desafios atuais

Apesar dos avanços normativos, ainda existem desafios:

- Formação insuficiente de professores;
- Resistência cultural;
- Falta de recursos materiais e humanos;
- Dificuldades na articulação entre políticas públicas.

A inclusão é um **processo contínuo, que exige mudança de mentalidade, investimento e compromisso** coletivo.



## EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO



Imagem gerada com ajuda de IA

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA E A ESCOLA (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.)

Esse documento do MEC sobre "Fundamentação Filosófica" serve como base para a **elaboração de políticas e práticas educacionais inclusivas**, defendendo uma educação que promova **igualdade, cidadania e respeito à diversidade**.

A fundamentação filosófica da educação inclusiva busca justificar a necessidade de uma escola que acolha a todos, independentemente de suas diferenças. Ela se apoia em conceitos filosóficos como **dignidade, respeito e justiça social**, propondo uma educação que ofereça iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Ao abordar esses princípios, o documento



busca criar uma estrutura teórica que oriente políticas educacionais inclusivas, promovendo o desenvolvimento integral de cada aluno.

Os princípios apresentados nesse documento servem como **orientações éticas e morais** para a criação de um sistema educacional inclusivo. Eles geralmente incluem o respeito à diversidade, a promoção da igualdade de oportunidades e o reconhecimento do valor de cada indivíduo. Esses princípios guiam as práticas pedagógicas e as políticas educacionais, reforçando que a **educação é um direito de todos** e deve ser adaptada para atender às necessidades de cada estudante.

#### ❖ A identidade pessoal e social e a construção da igualdade na diversidade

Este princípio destaca a importância de a escola ajudar cada aluno a desenvolver sua identidade pessoal e social. A escola é vista como um espaço de **formação para a vida em sociedade**, onde se aprende a conviver com a diversidade e a respeitar as diferenças. A construção da igualdade na diversidade implica oferecer condições para que cada estudante alcance seu potencial, reconhecendo e respeitando suas particularidades e proporcionando um ambiente em que todos se sintam valorizados.

#### ❖ A escola inclusiva é espaço de construção de cidadania

O conceito de escola inclusiva está **diretamente ligado ao exercício da cidadania**. Em uma escola inclusiva, todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, são **parte ativa do processo de aprendizagem e da vida escolar**. Essa integração promove valores democráticos e ajuda os alunos a compreender e exercer seus direitos e deveres como cidadãos, formando uma sociedade mais justa e igualitária.

#### ❖ O exercício da cidadania e a promoção da paz

A educação para a cidadania vai além do conhecimento acadêmico e abrange **atitudes e valores necessários para uma convivência harmoniosa**. O documento propõe que a escola atue como um espaço de promoção da paz, ensinando aos alunos a **resolver conflitos de maneira**



**construtiva, respeitar as diferenças e trabalhar em conjunto.** Esse aspecto é essencial para que a escola contribua para uma sociedade pacífica, onde cada indivíduo compreende e respeita os direitos dos outros.

#### ❖ A atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais

Um ponto crucial do documento é a necessidade de atenção especial para alunos com necessidades educacionais específicas. **A inclusão de estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades é uma prioridade, e a escola deve adotar estratégias pedagógicas que permitam o aprendizado de todos.** A fundamentação filosófica desse princípio está baseada no direito à **educação para todos**, propondo adaptações e recursos que garantam o desenvolvimento pleno desses alunos.

Essa estrutura filosófica enfatiza o compromisso da educação com uma sociedade mais **inclusiva e igualitária**, onde cada aluno tem a oportunidade de crescer, aprender e se integrar.

#### Compromisso com a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos

O documento enfatiza a importância de construir sistemas educacionais inclusivos, que **acolham a diversidade e garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa** para todos os estudantes, independentemente de suas características, origens ou condições. Esse compromisso é especialmente importante para os alunos com necessidades educacionais especiais, que historicamente enfrentaram exclusão ou falta de apoio adequado. A inclusão é vista como um princípio de justiça e equidade, permitindo que a educação seja não apenas acessível, mas adaptada às diversas necessidades e potências dos alunos. Além de promover a cidadania, a educação inclusiva busca preparar todos para uma convivência baseada no respeito às diferenças, formando indivíduos capazes de atuar na sociedade de forma ética e colaborativa.

#### Documentos Orientadores no Âmbito Internacional



Esses documentos internacionais são marcos para a defesa dos direitos à educação inclusiva e representam o comprometimento global com o acesso igualitário à educação. Os principais documentos são:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):** Esse documento fundamental declara que a educação é um direito humano essencial e universal. Segundo a Declaração, todos têm o direito à educação, sem discriminação, reafirmando o compromisso com uma educação acessível e de qualidade para todos, independentemente de raça, gênero, origem ou condições pessoais.
- **Declaração de Jomtien (1990):** Também conhecida como "Educação para Todos," essa declaração propõe a educação como um direito universal, enfatizando a necessidade de garantir a equidade e a universalização da educação básica. Ela reforça a importância de adaptar o ensino às necessidades de cada aluno e à diversidade de contextos culturais e sociais, para que a inclusão seja efetiva e significativa.
- **Declaração de Salamanca (1994):** Esse é um dos documentos mais influentes para a educação inclusiva. Ele reforça o princípio de que as escolas regulares devem ser inclusivas e acolher estudantes com necessidades educacionais especiais, com as adaptações necessárias. A declaração defende que a educação inclusiva beneficia a todos e representa uma base para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e menos discriminatória.
- **Convenção da Guatemala (1999):** Essa convenção, também conhecida como Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, reafirma o direito das pessoas com deficiência à igualdade de oportunidades e à não discriminação. Ela representa um compromisso dos países signatários em eliminar barreiras para a inclusão dessas pessoas na sociedade, inclusive no sistema educacional.

### Legislação Brasileira - Marcos Legais

No Brasil, diversos marcos legais orientam e protegem o direito à educação inclusiva, reforçando o compromisso do país com a igualdade de oportunidades e a diversidade nas escolas:

- **Constituição Federal (1988):** É o principal documento jurídico do país e garante a educação como um direito de todos. Em seu artigo 205, a Constituição estabelece que a educação



deve promover o desenvolvimento pleno da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, sem discriminação, atendendo ao direito à igualdade.

- **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):** O ECA reforça o direito de toda criança e adolescente a uma educação inclusiva, que respeite e valorize suas necessidades e particularidades. Ele estabelece que o acesso à educação é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996):** A LDB representa a base normativa da educação brasileira e inclui disposições para a inclusão educacional. A LDB orienta a oferta de atendimento especializado para alunos com deficiência, assegurando que o ensino regular seja inclusivo e que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.
- **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999):** Essa política reforça o direito das pessoas com deficiência à inclusão em todos os aspectos da vida social, incluindo a educação. Ela estabelece diretrizes para adaptar o ambiente escolar e os métodos de ensino para atender a esses alunos, promovendo a inclusão plena.
- **Plano Nacional de Educação (2001):** O PNE propõe metas para a educação nacional, incluindo a ampliação do atendimento e da inclusão de alunos com necessidades especiais. Ele orienta o sistema educacional brasileiro a adotar medidas que promovam a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno de cada aluno, com vistas à inclusão.
- **Convenção Interamericana (2001):** Essa convenção visa a eliminação de qualquer tipo de discriminação contra pessoas com deficiência, reforçando o direito à educação em igualdade de condições. O Brasil, ao assinar essa convenção, reafirma o compromisso com a criação de ambientes educacionais que respeitem e acolham a diversidade.
- **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001):** Esse conjunto de diretrizes estabelece princípios e orientações para a implementação de práticas inclusivas no ensino básico. As diretrizes orientam as escolas a promoverem adaptações no currículo, nos métodos de ensino e na estrutura escolar para atender às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo um ambiente de aprendizado acessível para todos.

Esses marcos são essenciais para orientar as políticas e práticas educacionais inclusivas, promovendo o direito à educação para todos e criando uma base para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

#### ❖ Saberes e Práticas da Inclusão



Este documento oferece uma base teórica e prática para que os educadores compreendam e implementem a inclusão nas escolas. Ele aborda as **diversas dimensões da inclusão, como as adaptações curriculares, as metodologias pedagógicas, o uso de recursos acessíveis e o papel dos profissionais de apoio**. O foco está em capacitar os professores a lidar com a diversidade em sala de aula, promovendo estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos de aprendizagem e dificuldades de adaptação ao ensino regular. O documento **incentiva o uso de metodologias ativas e recursos variados para garantir a participação e o sucesso de cada aluno**, respeitando suas características individuais.

### ❖ Educação Profissional

A educação profissional inclusiva visa garantir que as pessoas com deficiência tenham **acesso a programas de formação técnica e profissional**, assegurando seu direito de **desenvolver habilidades e competências que possibilitem a inserção no mercado de trabalho**. Esse documento orienta as instituições de ensino profissionalizante a adaptarem seu currículo, suas práticas e seus ambientes de aprendizagem para acolher alunos com necessidades especiais. A inclusão na educação profissional representa um passo fundamental para a **autonomia, a qualificação e o desenvolvimento de carreira** dessas pessoas, incentivando uma vida produtiva e independente.

### ❖ Direito à Educação

O direito à educação é um princípio fundamental na construção de um sistema educacional inclusivo e igualitário. Este documento reforça que a **educação é um direito inalienável de todos os cidadãos e que deve ser oferecida de maneira a atender às necessidades específicas de cada aluno**. Ele destaca que o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas inclui a garantia de condições para uma aprendizagem efetiva e significativa. Isso implica na adaptação de currículos, na formação continuada dos profissionais, no desenvolvimento de metodologias inclusivas e no uso de tecnologias assistivas que permitam que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, possam participar plenamente do processo educativo.



Esses documentos norteadores são essenciais para transformar a inclusão em uma prática efetiva, garantindo que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas potencialidades.

## A inteligência emocional no contexto da Educação Especial Inclusiva

A **inteligência emocional**, no contexto da educação especial inclusiva, é um componente essencial para promover um ambiente de **aprendizagem acolhedor e adaptado** às diversas necessidades dos alunos. Em ambientes inclusivos, onde convivem alunos com uma **ampla gama de habilidades, dificuldades e formas de interação**, a inteligência emocional dos professores e da equipe pedagógica torna-se uma habilidade essencial para garantir que cada estudante se sinta respeitado e compreendido.

A inteligência emocional refere-se à **habilidade de perceber e reconhecer as próprias emoções, de compreender os sentimentos dos outros e de gerenciar reações emocionais de forma equilibrada e construtiva**. Para professores e educadores em geral, essas competências são essenciais para criar uma sala de aula onde as diferenças individuais são vistas **como parte natural do ambiente**, e onde cada aluno se sente seguro para expressar suas emoções, sejam elas de alegria, ansiedade, frustração ou curiosidade. Essa abertura e aceitação ajudam a estabelecer uma comunicação positiva, que é especialmente importante em ambientes de educação especial, onde alunos podem se comunicar de maneiras variadas, incluindo comunicação alternativa ou não verbal.

A capacidade dos professores **de identificar e entender suas próprias emoções e as dos alunos** permite que eles ajustem suas abordagens pedagógicas e respostas para apoiar melhor o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. Isso significa, por exemplo, **saber interpretar sinais de frustração** em um aluno com dificuldades de aprendizagem e oferecer suporte de forma empática, ou identificar momentos em que um aluno com altas habilidades pode se sentir desmotivado por falta de desafios e promover atividades que estimulem seu interesse e engajamento.

No entanto, a inteligência emocional não se limita apenas ao controle e à expressão das emoções. Ela também envolve a **habilidade de responder adequadamente às emoções dos outros**, o que é essencial em uma sala inclusiva, onde os alunos podem ter diferentes níveis de desenvolvimento emocional e social. Professores com alta inteligência emocional sabem identificar



essas variações e adaptam suas reações, sejam elas de acolhimento, estímulo ou suporte, para ajudar cada aluno a desenvolver resiliência, autocontrole e empatia.

Essa sensibilidade às emoções – próprias e alheias – contribui para um ambiente onde os alunos se sentem respeitados e seguros, **reduzindo conflitos e aumentando o potencial para o aprendizado cooperativo e para o desenvolvimento de habilidades sociais**. A criação de um ambiente acolhedor e emocionalmente seguro é um dos fatores fundamentais para que todos os alunos possam explorar suas capacidades, interagir positivamente com os colegas e evoluir em seu processo de desenvolvimento educacional.

Em uma sala de aula inclusiva, o desenvolvimento da inteligência emocional é crucial para criar um ambiente que **acolha a diversidade de necessidades e potencialize o aprendizado de todos** os alunos. Professores com alta inteligência emocional não apenas lidam bem com suas próprias emoções, mas também são sensíveis aos sentimentos e reações de seus alunos, o que resulta em um espaço mais positivo, seguro e propício ao desenvolvimento.

Professores emocionalmente inteligentes conseguem perceber sinais emocionais dos alunos, como ansiedade, frustração ou euforia, e respondem de forma a **valorizar e respeitar** essas reações. Essa sensibilidade permite que eles adaptem a dinâmica da aula conforme o estado emocional do grupo e de cada indivíduo. Quando um aluno com deficiência demonstra sinais de cansaço ou sobrecarga, por exemplo, um professor com alta inteligência emocional consegue interromper momentaneamente a atividade para fornecer apoio ou oferecer uma pausa, demonstrando empatia e cuidado. Essa atitude contribui para que os alunos se sintam **respeitados e valorizados**, além de promover um espaço de aprendizado onde é seguro expressar emoções.

Professores com inteligência emocional elevada também são mais habilidosos em gerenciar situações de frustração ou conflito. Em uma sala inclusiva, onde as necessidades e capacidades dos alunos variam amplamente, essas situações podem surgir com frequência, **seja entre alunos com diferentes estilos de aprendizagem ou entre um aluno e a própria tarefa**, que pode ser um desafio para ele. Professores que conseguem manter a calma e a paciência em momentos críticos transmitem segurança e estabilidade, características que ajudam os alunos a se acalmarem e a desenvolverem a própria capacidade de lidar com desafios. Esse gerenciamento emocional do professor promove um clima de confiança, onde o aluno percebe que as dificuldades fazem parte do processo de aprendizagem e que ele será apoiado ao longo de seu desenvolvimento.



Além disso, esses educadores têm **maior capacidade de adaptar suas abordagens de ensino para responder às diferentes necessidades presentes em uma sala inclusiva**. Um aluno com altas habilidades, por exemplo, pode se sentir desmotivado com tarefas rotineiras; nesse caso, o professor pode propor atividades desafiadoras ou aprofundar o conteúdo para estimular seu interesse. Por outro lado, um aluno com transtornos de aprendizagem pode se beneficiar de adaptações, como o uso de materiais visuais, uma explicação mais pausada ou o reforço positivo durante o processo de aprendizagem. Essa flexibilidade requer uma leitura contínua das emoções e das reações dos alunos, e professores emocionalmente inteligentes são especialmente habilidosos em realizar esses ajustes, criando um ensino personalizado e inclusivo.

Essa postura aberta e atenta do professor com inteligência emocional elevada não só facilita o aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas **também serve de modelo para que os alunos desenvolvam suas próprias habilidades emocionais**. Em uma sala inclusiva, os estudantes podem aprender a gerenciar suas frustrações, a reconhecer e valorizar suas emoções e a desenvolver empatia, ao verem essas qualidades exemplificadas por seus professores. Em conjunto, essas práticas promovem um **aprendizado significativo e transformador**, onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades e capacidades, encontram um espaço seguro para aprender e crescer.

Para os alunos, o desenvolvimento da inteligência emocional é essencial não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o seu crescimento pessoal e social. Em uma sala de aula inclusiva, onde há uma diversidade de necessidades e características individuais, trabalhar a inteligência emocional ajuda os estudantes a **desenvolverem habilidades socioemocionais como empatia, resiliência e autoconhecimento**. Essas competências permitem que eles compreendam e aceitem tanto as próprias emoções quanto as dos colegas, promovendo um ambiente de respeito e cooperação.

**Empatia**, por exemplo, é uma habilidade crucial para a convivência em ambientes diversos, pois permite que os alunos **se coloquem no lugar dos outros e respeitem diferentes formas de expressão, comunicação e interação**. Quando os alunos aprendem a reconhecer e valorizar as emoções dos colegas, sejam eles com deficiência ou com habilidades distintas, eles tornam-se mais dispostos a ajudar e a colaborar. Em uma sala onde se trabalha a empatia, os alunos entendem melhor as dificuldades enfrentadas pelos colegas e se mostram mais tolerantes e solidários, reduzindo a ocorrência de conflitos e promovendo um ambiente de inclusão.



**Resiliência** é outra habilidade essencial que a inteligência emocional fortalece nos alunos. Em um contexto educacional, a resiliência permite que os estudantes **enfrentem desafios acadêmicos e sociais de forma positiva, sem desistir diante das dificuldades**. Alunos com transtornos de aprendizagem, por exemplo, podem enfrentar momentos de frustração ao se depararem com tarefas que exigem mais esforço. Ao desenvolverem resiliência, eles aprendem a encarar esses momentos com uma atitude mais perseverante, entendendo que **erros fazem parte do processo de aprendizado**. Esse aumento na capacidade de lidar com desafios impacta diretamente na autoestima, pois cada conquista, mesmo pequena, contribui para que o aluno se sinta capaz e confiante em seu próprio progresso.

**Autoconhecimento** é outro aspecto fundamental que se desenvolve com a inteligência emocional e que possui **um impacto profundo na autonomia** dos alunos. Quando os estudantes são incentivados a refletir sobre suas próprias emoções, medos, motivações e habilidades, eles passam a **entender melhor seus próprios limites e potencialidades**. Esse processo de autoconhecimento permite que alunos com deficiência, por exemplo, identifiquem as estratégias de que mais precisam para se organizar e se concentrar, ou reconheçam quando é necessário pedir ajuda. A **autonomia cresce conforme o aluno adquire essa consciência de si mesmo**, sendo capaz de tomar decisões informadas sobre o que precisa para aprender e como pode participar ativamente das atividades em sala.

Para alunos com deficiência, o desenvolvimento dessas habilidades socioemocionais não só contribui para uma melhor adaptação à escola, mas também aumenta a autoestima, pois eles passam a se ver como indivíduos capazes, com um papel ativo no processo de aprendizado e na interação social. Esse aumento da autoestima fortalece a confiança do aluno em si mesmo, incentivando-o a participar mais das atividades, a estabelecer relações com colegas e a buscar soluções para desafios de forma independente.

Ao trabalhar a inteligência emocional com os alunos, a escola proporciona uma **experiência educacional mais inclusiva**, onde cada estudante é valorizado em suas particularidades e incentivado a desenvolver habilidades que facilitam sua interação com o mundo ao seu redor. Assim, os alunos não apenas se preparam para enfrentar os desafios acadêmicos, mas também constroem uma base sólida para a convivência e o desenvolvimento pessoal que levarão consigo para a vida adulta.



Para promover a inteligência emocional no contexto da educação especial, estratégias específicas ajudam os alunos a reconhecer, entender e gerenciar suas próprias emoções, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades para se relacionar de forma positiva com os colegas. Detalhando as principais estratégias:

## 1. Modelagem emocional

A modelagem emocional é uma estratégia fundamental para ensinar inteligência emocional **por meio do exemplo**. Professores e educadores que demonstram como lidar com suas próprias emoções de maneira saudável e construtiva tornam-se modelos de comportamento para os alunos. Isso inclui mostrar como reagem em momentos de estresse, frustração ou alegria, e verbalizar essas emoções para que os alunos **aprendam a identificar e nomear sentimentos**. Por exemplo, se o professor enfrenta um problema técnico durante uma atividade e expressa, de maneira calma, "estou frustrado, mas vou resolver isso com calma", ele mostra aos alunos como **reconhecer e lidar com a frustração de maneira produtiva**.

Na educação especial, essa prática é ainda mais valiosa, pois muitos alunos têm dificuldades em interpretar e expressar suas emoções. Ao ver o professor lidando de maneira aberta e tranquila com situações emocionais variadas, os alunos aprendem a identificar suas próprias emoções e começam a desenvolver estratégias para expressá-las e geri-las. A modelagem **ajuda também na prática de empatia**: quando os professores expressam compaixão e compreensão, eles incentivam os alunos a imitarem esse comportamento com os colegas.

## 2. Atividades lúdicas e dinâmicas

Atividades lúdicas são eficazes para promover a inteligência emocional de forma **leve e interativa**, permitindo que os alunos explorem e expressem seus sentimentos **sem o medo de julgamento**. Jogos, histórias e dramatizações ajudam os alunos a reconhecer emoções e a praticar como respondê-las em um ambiente seguro.

Por exemplo, jogos de cartas com **rostos que representam diferentes emoções** ajudam alunos a identificar e nomear sentimentos básicos como alegria, tristeza, raiva e surpresa. Em atividades de dramatização, os alunos podem interpretar personagens em diferentes situações emocionais, o que permite que pratiquem a empatia e o reconhecimento emocional de maneira divertida e interativa. Essas dinâmicas são especialmente benéficas para alunos com autismo ou



outras dificuldades sociais, pois podem fortalecer a habilidade de interpretar expressões faciais e linguagem corporal, aspectos fundamentais da comunicação emocional.

### 3. Intervenções socioemocionais individualizadas

No atendimento educacional especializado, é essencial **criar intervenções socioemocionais individualizadas para atender às necessidades e características de cada aluno**. Essas intervenções consideram as especificidades de cada estudante, como deficiências cognitivas ou dificuldades de autorregulação, para desenvolver o autoconhecimento e o controle emocional de forma prática e adaptada.

Uma abordagem personalizada pode incluir sessões individuais ou em pequenos grupos, onde o aluno aprende a identificar gatilhos emocionais e estratégias de autorregulação, como respiração profunda ou contagem regressiva para se acalmar. Para um aluno com TDAH, por exemplo, atividades focadas no desenvolvimento de atenção plena (mindfulness) podem ajudar a controlar impulsos emocionais e a aumentar o foco. Em outro exemplo, um aluno com ansiedade pode ser ensinado a reconhecer sinais físicos de ansiedade, como o coração acelerado, e a adotar práticas de relaxamento, como técnicas de respiração. **A personalização é crucial** para ajudar cada aluno a alcançar suas próprias metas emocionais, desenvolvendo a autonomia necessária para enfrentar os desafios do cotidiano escolar.

### 4. Ambiente de aceitação e respeito

Promover um ambiente de aceitação e respeito é essencial para o desenvolvimento emocional em uma sala de aula inclusiva, pois cria um espaço onde todos os alunos se sentem **seguros e valorizados**. Isso envolve a criação de um **clima de acolhimento e colaboração**, onde a diversidade é celebrada e onde cada aluno sente que tem um papel importante na dinâmica da sala.

O professor pode estimular esse ambiente ao valorizar as contribuições de todos e ao adotar práticas que incentivem a ajuda mútua. Por exemplo, em uma atividade em grupo, ele pode **reconhecer e elogiar a maneira como um aluno ajudou o outro a concluir uma tarefa**, promovendo o respeito e a valorização das diferenças. Para promover a aceitação, os professores podem incluir **discussões regulares** sobre respeito, empatia e cooperação, integrando esses



valores ao currículo, o que reforça nos alunos a importância de tratar todos com dignidade e atenção.

Esse ambiente de respeito e aceitação ajuda especialmente alunos que enfrentam desafios emocionais ou comportamentais, pois eles se sentem mais motivados e seguros para expressar suas emoções e dificuldades sem medo de julgamento. Além disso, essa prática fortalece a **autoconfiança** dos alunos, pois cada um se sente parte de uma comunidade onde suas habilidades e contribuições são reconhecidas.

Essas estratégias juntas formam uma abordagem abrangente para desenvolver a inteligência emocional dos alunos em uma sala de educação especial, criando um **ambiente inclusivo, acolhedor e propício ao desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais**.

Desenvolver a inteligência emocional no contexto da educação especial inclusiva favorece o aprendizado de competências que vão além dos conteúdos acadêmicos e auxilia na construção de um espaço educativo mais acolhedor, inclusivo e respeitoso, onde todos os alunos podem se desenvolver plenamente.

## OS 4 PILARES DA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os quatro pilares da educação são um conceito proposto pela **Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**, da **UNESCO**. Esses pilares representam os princípios fundamentais que devem ser considerados no desenvolvimento de um sistema educacional completo e abrangente, capaz de preparar os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Os pilares são:

1. **Aprender a conhecer**
2. **Aprender a fazer**
3. **Aprender a conviver**
4. **Aprender a ser**

O primeiro pilar, "Aprender a conhecer", destaca a importância de desenvolver habilidades de **pensamento crítico, criativo e analítico**. Aprender a conhecer implica em despertar a curiosidade intelectual, incentivar a **busca ativa** pelo conhecimento, compreender diferentes áreas de conhecimento e desenvolver



habilidades de pesquisa. Essa base sólida de conhecimento proporciona uma compreensão ampla e uma capacidade de aprendizado ao longo da vida.

O segundo pilar, "Aprender a fazer", concentra-se no desenvolvimento de **habilidades práticas** e na capacidade de **aplicar conhecimentos** na prática. Isso envolve o cultivo de habilidades técnicas, a capacidade de resolver problemas de forma criativa, o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento das habilidades de trabalho em equipe. Aprender a fazer capacita os indivíduos a se tornarem atores efetivos e produtivos na sociedade, capacitando-os para enfrentar desafios reais e contribuir para o progresso e inovação.

O terceiro pilar, "Aprender a conviver", ressalta a importância das **habilidades sociais e emocionais**. Aprender a conviver implica em desenvolver a capacidade de se relacionar harmoniosamente com os outros, independentemente de suas diferenças culturais, religiosas ou sociais. Isso requer o desenvolvimento da empatia, da tolerância, do respeito à diversidade e da promoção do diálogo construtivo. Aprender a conviver é fundamental para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas.

O quarto pilar, "Aprender a ser", está relacionado ao **desenvolvimento pessoal e à formação de uma identidade autônoma**. Esse pilar envolve o cultivo da **autoestima, do autoconhecimento, da ética, dos valores pessoais, da autonomia e da responsabilidade**. Aprender a ser visa à **formação integral** dos indivíduos, capacitando-os a agirem de forma autêntica, tomar decisões éticas e buscar a realização pessoal em harmonia com os outros e o mundo ao seu redor.

Esses quatro pilares da educação são **interdependentes e complementares**. Ao adotar uma abordagem educacional que leve em consideração esses princípios, as instituições de ensino têm a oportunidade de formar indivíduos conscientes, críticos, criativos e socialmente responsáveis. Esses pilares oferecem um caminho para uma educação mais holística, capaz de preparar os estudantes para enfrentar os desafios complexos e em constante evolução da sociedade contemporânea.

Assegurar a educação inclusiva em todos os pilares implica em assegurar que crianças e jovens com deficiência tenham acesso a uma **variedade de oportunidades de aprendizagem** na escola, permitindo o seu desenvolvimento pleno.

Em relação à educação especial, é importante destacar que ela se baseia **nos mesmos pilares** da educação geral. A educação especial refere-se ao conjunto de medidas educativas que visam atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem. Ela busca garantir **igualdade de oportunidades** e inclusão educacional para todos os estudantes.

A educação especial reconhece **a diversidade de habilidades e necessidades** dos alunos e procura adaptar os métodos de ensino, os recursos e o ambiente educacional para atender a essas necessidades. Ela promove a inclusão e a participação plena dos alunos com deficiência na vida escolar, social e comunitária.

É importante ressaltar que a educação especial não se limita apenas a aspectos técnicos e terapêuticos, mas também busca o desenvolvimento integral dos alunos, valorizando suas potencialidades e promovendo sua autonomia.



## QUESTÕES COMENTADAS



### 1. (2025– Instituto Secplan- Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (ES)- Professor MAMPA - Educação Infantil 25h)

Consoante o documento “Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC (2001)” o direito à educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais está fundamentado nos seguintes princípios:

- a) a conquista do conhecimento, a garantia do letramento e a participação coletiva
- b) a aprendizagem contínua, a afirmação da identidade e a aceitação coletiva
- c) o conhecimento universal técnico-científico, a preservação da diversidade e a promoção social
- d) a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania

#### Comentários:

**Alternativa A** A alternativa a) está incorreta porque, embora a conquista do conhecimento e o letramento sejam relevantes, esses não são os princípios expressamente apontados nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) como fundamentos do direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

**Alternativa B** A alternativa b) está incorreta porque aprendizagem contínua e afirmação da identidade dialogam com a perspectiva inclusiva, mas não correspondem à formulação dos princípios explicitados no documento citado.

**Alternativa C** A alternativa c) está incorreta porque a ênfase no conhecimento técnico-científico e na promoção social não representa a redação adotada nas Diretrizes como base do direito à educação nessa modalidade.



**Alternativa D** A alternativa d) está correta porque as Diretrizes fundamentam o direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais na preservação da dignidade humana, na busca da identidade e no exercício da cidadania, princípios alinhados à Constituição Federal e à perspectiva inclusiva.

**Gabarito:** alternativa (d)

## 2. (2026 – FUNDATEC- Prefeitura Municipal de Agudo (RS)- Professor de Educação Infantil)

A Lei nº 7.853/1989 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) convergem ao determinar que, para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência (PCD), o sistema de ensino deve garantir:

- I. A inclusão no ensino regular e a oferta obrigatória de Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.
- II. A criação de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos acessíveis para atender às necessidades específicas da PCD.
- III. A atuação do professor do AEE como substituto do professor da classe comum, sendo o responsável por todo o conteúdo pedagógico do aluno com deficiência.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

### Comentários:

**Afirmativa I** A assertiva I está correta porque tanto a Lei nº 7.853/1989 quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica asseguram a matrícula da pessoa com deficiência no ensino regular, com garantia de apoio especializado, incluindo a oferta do Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, como forma de viabilizar acesso, permanência e aprendizagem.

**Afirmativa II** A assertiva II está correta porque a legislação determina que os sistemas de ensino promovam adaptações e assegurem currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização acessível para



atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência, eliminando barreiras ao processo educacional.

**Afirmativa III** A assertiva III está incorreta porque o professor do AEE não substitui o professor da classe comum nem assume integralmente o conteúdo pedagógico do estudante com deficiência, atuando de forma complementar ou suplementar, em articulação com o ensino regular.

**Gabarito:** alternativa (b)

### 3. (2025– Instituto Secplan- Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (ES)- Professor MAMPA - Educação Infantil 25h)

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) estabelecem, no âmbito político, que os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para:

- a) o aproveitamento de todos os professores de nível superior com formação em educação especial
- b) assegurar, aos alunos com condições de comunicação e sinalização diferenciadas, atendimento no contraturno com profissionais especializados
- c) o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns
- d) As crianças eram inseridas precocemente no trabalho, não havia distinção entre elas e os adultos; os laços autorizar o funcionamento de novas escolas em caráter provisório desde que preencham os requisitos de infraestrutura para acessibilidade de alunos com necessidades especiais no prazo máximo de dois anos

#### Comentários:

**Alternativa A** A alternativa a) está incorreta porque as Diretrizes não determinam que a organização dos sistemas escolares tenha como foco o aproveitamento de professores com formação em educação especial, mas sim a garantia de acesso e permanência dos alunos no ensino comum com os apoios necessários.

**Alternativa B** A alternativa b) está incorreta porque o atendimento no contraturno com profissionais especializados diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado, mas não expressa o princípio central de organização previsto nas Diretrizes quanto à matrícula e inclusão nas classes comuns.

**Alternativa C** A alternativa c) está correta porque as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) estabelecem que os sistemas de ensino devem organizar-se para assegurar o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, promovendo a inclusão.

**Alternativa D** A alternativa d) está incorreta porque apresenta conteúdo desconexo com o enunciado e não corresponde ao que dispõem as Diretrizes acerca da organização dos sistemas escolares.



**Gabarito: alternativa (c)**

#### 4. (2023– IDCAP- Prefeitura Municipal de Aracruz (ES)- Professor Educação Infantil)

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (...)

(<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>) – (P.1617) – (Adaptado)

Nessa vertente de compreensão, tem-se que:

I. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola.

II. Quando a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, ela define como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

III. Nos casos já mencionados e em outros casos, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

IV. O atendimento educacional especializado para os alunos surdos é ofertado apenas na modalidade oral, com gestos e movimentos, próprios da língua de sinais.

Marque a alternativa com a série correta.

- a) Apenas I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

#### Comentários:

**Afirmativa I** A assertiva I está correta porque, na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial deixa de ser um sistema paralelo e passa a integrar a proposta pedagógica da escola, atuando de forma transversal no ensino regular.



**Afirmativa II** A assertiva II está correta porque, ao constituir a proposta pedagógica da escola, a educação especial define como público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**Afirmativa III** A assertiva III está correta porque, além dos públicos já mencionados, a educação especial pode atuar de forma articulada com o ensino comum em casos que envolvem transtornos funcionais específicos, orientando o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

**Afirmativa IV** A assertiva IV está incorreta porque o atendimento educacional especializado para alunos surdos não é ofertado apenas na modalidade oral com gestos, mas envolve a Libras como primeira língua e o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, respeitando a abordagem bilíngue.

**Gabarito:** alternativa (a)

## 5. (COPERVE - UFSC - 2018 - UFSC - Pedagogo - Educação Especial)

Sobre a história da educação especial, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

( ) Atualmente considera-se que o termo mais adequado para se referir aos estudantes com alguma deficiência é “portador de deficiência”.

( ) A educação especial sempre se caracterizou e se organizou em uma perspectiva inclusiva.

( ) A história da educação das pessoas com deficiência no Brasil mostra que o poder público assumiu integralmente o atendimento educacional dessas pessoas desde o período imperial.

( ) Por muito tempo a educação especial foi ofertada como atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, em instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

a) F – V – V – F

b) V – F – F – V

c) F – F – F – V

d) V – V – F – F

e) V – F – V – F

**Comentários:**



**Afirmativa I** A primeira afirmativa é falsa, porque atualmente o termo considerado adequado é “pessoa com deficiência”, conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, sendo inadequada a expressão “portador de deficiência”.

**Afirmativa II** A segunda afirmativa é falsa, pois a educação especial historicamente não se organizou sob uma perspectiva inclusiva; durante muito tempo esteve estruturada em instituições e classes segregadas.

**Afirmativa III** A terceira afirmativa é falsa, porque o poder público não assumiu integralmente o atendimento educacional das pessoas com deficiência desde o período imperial; grande parte desse atendimento foi inicialmente realizada por iniciativas filantrópicas e privadas.

**Afirmativa IV** A quarta afirmativa é verdadeira, uma vez que, por longo período, a educação especial foi ofertada de forma substitutiva ao ensino comum, em instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

**Gabarito:** alternativa (c)

## 6. (Unoesc - 2024 - Prefeitura de Joaçaba - SC - Profissional de Educação Especial)

A história da Educação Especial, no Brasil e no mundo, remonta a séculos de evolução e mudanças significativas. Desde as primeiras iniciativas de segregação até os movimentos de inclusão, diversos eventos marcaram esse percurso. Porém, um evento histórico internacional marcou um avanço significativo na perspectiva inclusiva da Educação Especial.

Assinale a alternativa que indica qual foi o evento histórico que marcou o avanço da Educação Especial.

- a) A Declaração de Viena, em 1993.
- b) A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006.
- c) A Declaração de Salamanca, em 1994.
- d) O Tratado de Versalhes, em 1919.

### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque a Declaração de Viena (1993) esteve relacionada à Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, sendo importante para a afirmação dos direitos humanos em geral, mas não constituiu o marco específico da educação inclusiva no campo da Educação Especial.

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006, representou um avanço jurídico significativo ao consolidar o direito à



educação inclusiva em âmbito global, porém o marco específico que impulsionou a perspectiva inclusiva na educação ocorreu anteriormente.

**Afirmativa C** A alternativa c) está correta porque a Declaração de Salamanca, proclamada em 1994, foi um divisor de águas ao defender que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, consolidando internacionalmente o paradigma da educação inclusiva.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque o Tratado de Versalhes (1919) relaciona-se ao contexto pós-Primeira Guerra Mundial e não possui vínculo direto com avanços na Educação Especial ou na perspectiva inclusiva.

**Gabarito:** alternativa (c)

## 7. (UFSC - 2023 - UFSC - Pedagogo/Educação Especial)

Com base na história da educação especial e do atendimento às pessoas com deficiência, assinale a alternativa correta.

a) Inicialmente, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram consideradas improdutivas e encaminhadas para instituições especializadas. Por influência dos organismos internacionais, foram propostas políticas de perspectiva inclusiva.

b) Ao longo da história, as pessoas com deficiência sempre foram matriculadas em escolas da educação básica.

c) As pessoas com deficiência sempre estudaram em instituições especializadas, independentemente dos encaminhamentos das políticas educacionais brasileiras.

d) As pessoas com deficiência não tiveram nenhum tipo de atendimento educacional especializado ao longo da história.

e) As primeiras instituições especializadas no Brasil foram para pessoas com deficiência intelectual, em função das suas especificidades.

### Comentários:

**Alternativa A** A alternativa a) está correta porque, historicamente, pessoas com deficiência foram vistas sob uma perspectiva assistencialista e segregadora, muitas vezes consideradas improdutivas e encaminhadas a instituições especializadas; posteriormente, sob influência de organismos internacionais e movimentos de direitos humanos, consolidaram-se políticas públicas orientadas pela perspectiva inclusiva.



**Alternativa B** A alternativa b) está incorreta porque, ao longo da história, as pessoas com deficiência não foram sempre matriculadas na educação básica regular, predominando por muitos anos práticas de exclusão ou segregação em instituições específicas.

**Alternativa C** A alternativa c) está incorreta porque, embora tenham existido instituições especializadas, as políticas educacionais brasileiras evoluíram ao longo do tempo, passando da segregação à integração e, mais recentemente, à inclusão no ensino regular.

**Alternativa D** A alternativa d) está incorreta porque houve, sim, atendimento educacional especializado em diferentes momentos históricos, ainda que muitas vezes de forma segregada.

**Alternativa E** A alternativa e) está incorreta porque as primeiras instituições especializadas no Brasil foram criadas para pessoas com deficiência visual e auditiva, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos, e não inicialmente para pessoas com deficiência intelectual.

**Gabarito:** alternativa (a)

## 8. (FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Santa Rosa - RS - Professor de Educação Especial)

Considerando as características da história da Educação Especial no Brasil e o período conhecido como “institucionalização”, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Na década de 1930, a sociedade começou a organizar associações de pessoas envolvidas com a questão da deficiência, através da criação de instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente em localidades distantes das famílias.

b) Na década de 1930, foram observadas ações governamentais visando à criação de instituições para atender às necessidades das pessoas com deficiência, sendo criadas escolas anexas aos hospitais e ao ensino regular.

c) A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) foi fundada em 1950 com o objetivo de habilitar e reabilitar crianças e jovens com deficiência física, visando à integração social.

d) Em 1926, foi criado o primeiro Instituto Pestalozzi do Brasil, inicialmente funcionando como um internato voltado para o atendimento de pessoas com deficiência visual.

e) O grande aumento no número de instituições ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, com o predomínio de instituições voltadas para os estudantes com deficiência intelectual.

**Comentários:**



**Alternativa A** A alternativa a) está correta porque, no período de institucionalização, especialmente a partir da década de 1930, houve a criação de instituições segregadas e escolas especiais, muitas vezes afastadas do convívio familiar, refletindo a lógica de segregação predominante à época.

**Alternativa B** A alternativa b) está correta porque, nesse período, também se observaram iniciativas governamentais voltadas à criação de instituições e classes especiais, inclusive vinculadas a hospitais e ao ensino regular, ainda sob uma perspectiva segregadora.

**Alternativa C** A alternativa c) está correta porque a Associação de Assistência à Criança Deficiente foi fundada em 1950 com a finalidade de habilitação e reabilitação de crianças e jovens com deficiência física, contribuindo para sua integração social.

**Alternativa D** A alternativa d) é a incorreta porque o primeiro Instituto Pestalozzi, criado em 1926, não foi destinado inicialmente ao atendimento de pessoas com deficiência visual, mas sim ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual, estando equivocada a associação feita na afirmativa.

**Alternativa E** A alternativa e) está correta porque houve significativo crescimento no número de instituições especializadas entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente voltadas ao atendimento de estudantes com deficiência intelectual.

**Gabarito:** alternativa (e)

## 9. (CEPERJ - 2022 - AL-MA - Técnico de Gestão Administrativa - Pedagogo)

Na história da Educação Especial Brasileira, podemos dizer que um modo cronologicamente organizado, que passamos pelos seguintes modelos:

I. Os anos 1970 representam a \_\_\_\_\_ da Educação Especial.

II. Nos anos 1980, tendo como influência o Artigo 208 da Constituição Federal, práticas tradicionais da Educação Especial passaram a ser questionadas e iniciamos o modelo denominado \_\_\_\_\_

III. Nos anos 1990, seguindo a tendência mundial pela escola que acolha todos os alunos, independente de suas características físicas, sensoriais ou intelectuais, demos início ao modelo atual denominado Educação \_\_\_\_\_.

Marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de palavras, completando os espaços em branco das sentenças acima.



- a) Segregação, Integração, Inclusiva.
- b) Socialização, Integração, Inclusiva.
- c) Institucionalização, Integração, Inclusiva.
- d) Institucionalização, Socialização, Integracionista.

### Comentários:

**Afirmativa I** A afirmativa I refere-se aos anos 1970, período marcado pela consolidação e expansão de instituições e classes especiais, caracterizando o modelo de institucionalização da Educação Especial no Brasil.

**Afirmativa II** A afirmativa II trata dos anos 1980, quando, sob influência da Constituição Federal de 1988 (especialmente o Art. 208), as práticas tradicionais passaram a ser questionadas e ganhou força o modelo da integração, que defendia a inserção do aluno com deficiência na escola regular, ainda com a lógica de adaptação do aluno ao sistema.

**Afirmativa III** A afirmativa III menciona os anos 1990, período em que, acompanhando movimentos internacionais como a Declaração de Salamanca, consolidou-se o modelo da Educação inclusiva, que propõe a transformação da escola para acolher todos os estudantes.

**Gabarito:** alternativa (c)

### 10. (2024- Instituto JK- Prefeitura Municipal de Icatu (MA)- Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano)

A inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino é um tema de grande relevância e debate na educação contemporânea. Trata-se de um processo que visa não apenas a presença física desses estudantes em sala de aula, mas também a sua participação ativa e o respeito às suas necessidades específicas. Nesse contexto, considere as seguintes proposições e identifique o que verdadeiramente significa incluir esses estudantes no ambiente educacional regular:

- A) Valorizar a diversidade inerente ao ambiente escolar e prover métodos de ensino adaptados para atender às necessidades individuais dos estudantes.
- B) Garantir a presença do estudante com deficiência na sala de aula, assegurando sua convivência com os demais estudantes.



C) Permitir que o estudante com deficiência realize atividades distintas dentro da sala de aula, enfatizando a importância de sua integração.

D) Manter inalterada a rotina escolar, esperando que o estudante com deficiência se ajuste ao sistema educacional existente.

### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa A) está correta porque incluir estudantes com deficiência significa reconhecer e valorizar a diversidade no ambiente escolar, além de promover adaptações metodológicas, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais, garantindo participação, aprendizagem e equidade.

**Afirmativa B** A alternativa B) está incorreta porque a inclusão não se limita à presença física ou à convivência social, sendo necessário assegurar participação ativa e acesso efetivo ao currículo, superando a mera integração formal.

**Afirmativa C** A alternativa C) está incorreta porque propor atividades distintas de forma isolada pode reforçar a segregação dentro da própria sala de aula, especialmente se não houver articulação com o currículo comum e com as experiências coletivas.

**Afirmativa D** A alternativa D) está incorreta porque manter a rotina inalterada e exigir que o estudante se adapte ao sistema reproduz a lógica integradora, na qual o aluno deve se ajustar à escola, contrariando o paradigma inclusivo, que propõe a transformação das práticas escolares.

**Gabarito:** alternativa (a)

## 11. (2024- Instituto JK- Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (MA) - Professor de Educação Infantil)

Leia o trecho a seguir:

“... que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.” (Declaração de Salamanca, 1994, p.18)

A modalidade de educação a qual o texto se refere é:

A) Educação Especial.



- B) Educação de Jovens e Adultos
- C) Educação Profissional.
- D) Educação a Distância

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa A) está correta porque o trecho da Declaração de Salamanca (1994) refere-se diretamente aos princípios da Educação Especial na perspectiva inclusiva, ao afirmar que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, defendendo a inclusão no sistema regular de ensino.

**Afirmativa B** A alternativa B) está incorreta porque a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade específica voltada a sujeitos que não concluíram a escolarização na idade adequada, não sendo o foco do texto citado.

**Afirmativa C** A alternativa C) está incorreta porque a Educação Profissional diz respeito à formação técnica e tecnológica para o mundo do trabalho, não correspondendo ao princípio de acolhimento universal descrito na Declaração.

**Afirmativa D** A alternativa D) está incorreta porque a Educação a Distância é uma modalidade relacionada à forma de oferta do ensino, e não ao princípio inclusivo de acolhimento de todas as crianças no sistema regular.

**Gabarito:** alternativa (a)

## 12. (VUNESP - 2022 - Prefeitura de Rio Claro - SP - Professor de Educação Básica 1 (Quadro 2))

De acordo com A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), “Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão

- a) política”.
- b) cultural”.



- c) econômica”.
- d) pedagógica”.
- e) democrática”.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque, embora a educação especial tenha implicações políticas, o trecho da Política Nacional não estabelece oposição direta entre deficiência e dimensão política.

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque a dimensão cultural é relevante no debate inclusivo, mas não é o contraponto mencionado no texto citado.

**Afirmativa C** A alternativa c) está incorreta porque o documento não trata da deficiência em oposição à dimensão econômica, e sim à organização do processo educacional.

**Afirmativa D** A alternativa d) está correta porque o texto critica práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência em detrimento da dimensão pedagógica, ou seja, deixavam de priorizar o ensino, a aprendizagem e a organização escolar, focando excessivamente nas limitações individuais.

**Afirmativa E** A alternativa e) está incorreta porque a dimensão democrática, embora importante na perspectiva inclusiva, não é o termo utilizado no trecho referido.

**Gabarito:** alternativa (d)

### 13. (FAU - 2024 - Prefeitura de Bom Jesus do Sul - PR - Professor Especialista)

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve marcos históricos e sociais de suma importância no desenvolvimento de Políticas Públicas bem como de Organizações de Trabalho Pedagógico. Assim, em termos de História da Educação Especial, podemos pontuar CORRETAMENTE como:

- a) Não existem traços marcantes nem temporais do atendimento aos deficientes brasileiros.
- b) Não existem registros em termos históricos das pessoas com deficiência, apenas as Leis.
- c) É importante que adentremos os espaços históricos para compreender que a Educação Especial e o atendimento a pessoas com deficiência não tem importância no contexto nacional.



d) No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

e) A História da Educação aborda apenas as questões das pessoas surdas, reconhecendo-as, somente.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque existem, sim, marcos históricos bem definidos no atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, especialmente a partir do período imperial.

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque há registros históricos sobre o atendimento às pessoas com deficiência muito antes da consolidação das legislações específicas, incluindo a criação de instituições especializadas no século XIX.

**Afirmativa C** A alternativa c) está incorreta porque a Educação Especial possui grande relevância no contexto nacional, tendo influenciado a construção de políticas públicas e a organização do trabalho pedagógico ao longo da história.

**Afirmativa D** A alternativa d) está correta porque o atendimento institucional às pessoas com deficiência no Brasil teve início no período imperial, com a criação do Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854 como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e do Instituto Nacional de Educação de Surdos, criado em 1857 como Instituto dos Surdos-Mudos, ambos no Rio de Janeiro.

**Afirmativa E** A alternativa e) está correta porque o atendimento institucional às pessoas com deficiência no Brasil teve início no período imperial, com a criação do Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854 como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e do Instituto Nacional de Educação de Surdos, criado em 1857 como Instituto dos Surdos-Mudos, ambos no Rio de Janeiro.

**Gabarito:** alternativa (d)

#### 14. (2024- FURB- Prefeitura Municipal de Timbó (SC)- Secretária de Escola)

O ODS 4 da Agenda 2030 enfatiza:

A) Estabelecer metas de universalização da educação básica com foco na ampliação quantitativa do acesso às escolas.



- B) Priorizar a implementação de tecnologias educacionais e infraestrutura digital como principal estratégia para alcançar a qualidade na educação global.
- C) Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- D) Promover parcerias público-privadas como principal mecanismo para garantir a expansão do acesso à educação de qualidade.
- E) Fortalecer o ensino profissionalizante e técnico como caminho preferencial para o desenvolvimento sustentável das nações em desenvolvimento.

### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa A) está incorreta porque o ODS 4 não se restringe à ampliação quantitativa do acesso à educação básica, mas enfatiza também qualidade, equidade e inclusão, indo além da simples universalização de matrículas.

**Afirmativa B** A alternativa B) está incorreta porque, embora a tecnologia e a infraestrutura possam contribuir para a melhoria educacional, elas não constituem o foco central do ODS 4, que trata de metas amplas relacionadas à inclusão e à aprendizagem ao longo da vida.

**Afirmativa C** A alternativa C) está correta porque o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 estabelece como meta “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, sendo essa a formulação oficial da Agenda 2030 para a educação.

**Afirmativa D** A alternativa D) está incorreta porque o ODS 4 não define parcerias público-privadas como principal mecanismo, mas propõe metas globais relacionadas à garantia de direitos educacionais.

**Afirmativa E** A alternativa E) está incorreta porque o fortalecimento do ensino técnico e profissional é uma das metas específicas dentro do ODS 4, mas não representa seu objetivo central nem exclusivo.

**Gabarito:** alternativa (c)

### 15. (2025- OBJETIVA- Prefeitura Municipal de Rio Negro (PR)- Bibliotecário)

Conforme a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas o cordão de fitas com desenhos:

- A) De quebra-cabeça.



- B) De girassóis.
- C) Do infinito.
- D) De borboletas.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa A) está incorreta porque o símbolo do quebra-cabeça é historicamente associado a campanhas sobre o autismo, mas não foi instituído pela Lei nº 13.146/2015 como símbolo nacional para identificação de pessoas com deficiências ocultas.

**Afirmativa B** A alternativa B) está correta porque o cordão de girassóis foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, sendo utilizado para indicar que a pessoa pode necessitar de apoio ou atendimento diferenciado, mesmo que sua deficiência não seja visível.

**Afirmativa C** A alternativa C) está incorreta porque o símbolo do infinito colorido também é associado à neurodiversidade e ao autismo, mas não corresponde ao cordão oficialmente reconhecido como símbolo nacional de identificação de deficiências ocultas.

**Afirmativa D** A alternativa D) está incorreta porque borboletas não constituem o símbolo nacional estabelecido em legislação para identificação de pessoas com deficiências ocultas.

**Gabarito:** alternativa (b)

#### 16. (2025- INAZ DO PARÁ- Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul (SC)- Professor de Educação Infantil 20h - Habilitado)

A promoção da inclusão e diversidade na Educação Infantil visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições sociais, culturais, étnicas ou com deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas particularidades e potencializando seu desenvolvimento integral.

Assinale a alternativa CORRETA sobre a promoção da inclusão e diversidade na Educação Infantil.

A) A promoção da inclusão e diversidade na Educação Infantil deve ser feita apenas quando houver crianças com necessidades especiais ou deficiências, desconsiderando as diferenças culturais, étnicas e sociais presentes nas turmas.



B) A educação inclusiva deve envolver a adaptação do currículo e das atividades para que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências ou em situação de vulnerabilidade, possam participar ativamente do processo de aprendizagem.

C) A promoção da diversidade na Educação Infantil deve ser focada apenas na celebração de datas comemorativas relacionadas a diferentes culturas, sem considerar a incorporação de temas diversos no currículo diário.

D) A inclusão e a promoção da diversidade na Educação Infantil não necessitam de formação específica dos professores, já que todos os docentes são naturalmente capacitados para lidar com essas questões de maneira geral.

E) A inclusão de crianças com deficiência ou em situação de vulnerabilidade não requer ajustes pedagógicos, já que todas as crianças têm as mesmas condições de aprendizado quando estão em um ambiente de ensino comum.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa A) está incorreta porque a promoção da inclusão e da diversidade na Educação Infantil não se restringe à presença de crianças com deficiência, devendo contemplar todas as dimensões da diversidade, incluindo aspectos culturais, étnicos, sociais e linguísticos presentes no cotidiano das turmas.

**Afirmativa B** A alternativa B) está correta porque a educação inclusiva pressupõe a adaptação do currículo, das estratégias pedagógicas e das atividades, garantindo que todas as crianças, inclusive aquelas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade, participem ativamente do processo de aprendizagem, com respeito às suas especificidades.

**Afirmativa C** A alternativa C) está incorreta porque limitar a diversidade à celebração de datas comemorativas resulta em abordagem superficial, sem incorporar de forma contínua e significativa a pluralidade cultural e social no currículo diário.

**Afirmativa D** A alternativa D) está incorreta porque a promoção da inclusão e da diversidade exige formação inicial e continuada dos professores, uma vez que práticas inclusivas demandam conhecimentos específicos, reflexão crítica e planejamento pedagógico intencional.

**Afirmativa E** A alternativa E) está incorreta porque a inclusão requer ajustes pedagógicos, recursos e estratégias diferenciadas para assegurar equidade, reconhecendo que as crianças possuem condições e necessidades distintas de aprendizagem.

**Gabarito:** alternativa (b)



### 17. (2025- UNESC- Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)- Professor Adjunto de Educação Infantil 20h)

Guia essencial para promover a inclusão e a equidade na educação brasileira, oferecendo orientações práticas e abrangentes para garantir uma abordagem educacional adaptada às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O texto faz um relato sobre:

- A) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.
- B) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
- C) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa A) está correta porque as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial constituem um guia orientador para promover inclusão e equidade na educação brasileira, oferecendo orientações práticas sobre como organizar o atendimento educacional especializado e adaptar práticas pedagógicas às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

**Afirmativa B** A alternativa B) está incorreta porque o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica trata do financiamento da educação, não sendo um documento orientador de práticas inclusivas.

**Afirmativa C** A alternativa C) está incorreta porque o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece direitos fundamentais de crianças e adolescentes, incluindo o direito à educação, mas não se configura como guia pedagógico específico para a inclusão na educação especial.

**Afirmativa D** A alternativa D) está incorreta porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação organiza o sistema educacional brasileiro em termos gerais, mas não é um documento detalhado com orientações práticas específicas para a inclusão como descrito no enunciado.

**Gabarito:** alternativa (a)

### 18. (2024- CEV UECE- Prefeitura Municipal de Itapipoca (CE)- Professor de Educação Infantil)



Considerando as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente no Brasil desde janeiro de 2008, analise as seguintes afirmações:

I. Ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, compete aos sistemas de ensino disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras.

II. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

III. O atendimento educacional especializado deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, disponibilizando atividades e programas de cunho curricular (como o ensino de linguagens), atuando de forma substitutiva ou complementar ao processo de escolarização realizado na sala de aula comum.

IV. O atendimento educacional especializado é de oferta obrigatória dos sistemas de ensino, podendo ser realizado no mesmo turno da classe comum, na escola onde o aluno está matriculado ou em centro especializado que realize esse serviço educacional.

Está correto somente o que se afirma em

A) I e II.

B) I e III.

C) III e IV.

D) II e IV.

#### Comentários:

**Afirmativa I** A assertiva I está correta porque, conforme as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), compete aos sistemas de ensino garantir profissionais de apoio, como instrutor e tradutor/intérprete de Libras, guia-intérprete e monitor/cuidador, quando necessário, assegurando condições de acesso, participação e autonomia nas atividades escolares.

**Afirmativa II** A assertiva II está correta porque a educação especial é definida como modalidade transversal que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, realizando o Atendimento Educacional Especializado, disponibilizando serviços e recursos específicos e orientando sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.



**Afirmativa III** A assertiva III está incorreta porque o Atendimento Educacional Especializado deve atuar de forma complementar ou suplementar, e não substitutiva, ao ensino comum; embora envolva o ensino de linguagens específicas, como Libras ou Braille, ele não substitui o processo de escolarização da sala regular.

**Afirmativa IV** A assertiva IV está incorreta porque o AEE é de oferta obrigatória pelos sistemas de ensino, mas deve ocorrer, preferencialmente, no turno inverso ao da escolarização, e não no mesmo turno da classe comum, justamente para não substituir as atividades da sala regular.

**Gabarito:** alternativa (a)

### 19. (2024- FEPESE- Prefeitura Municipal de Concórdia (SC)- Professor de Ensino Religioso - Habilitado)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No artigo 2º da referida lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

1. Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
2. Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
3. A limitação no desempenho de atividades.
4. A restrição de participação.
5. Os elementos capacitistas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.

B) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.



C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.

E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

#### Comentários:

**Afirmativa I** A afirmativa 1 está correta porque o § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 determina que a avaliação biopsicossocial considere os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, em consonância com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

**Afirmativa II** A afirmativa 2 está correta porque a lei prevê que a avaliação também leve em conta os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, reconhecendo que a deficiência resulta da interação entre impedimentos e barreiras presentes no contexto social.

**Afirmativa III** A afirmativa 3 está correta porque a limitação no desempenho de atividades integra os critérios da avaliação biopsicossocial, analisando como o impedimento impacta a realização de tarefas e ações no cotidiano.

**Afirmativa IV** A afirmativa 4 está correta porque a restrição de participação é elemento essencial na concepção adotada pela LBI, considerando as dificuldades de inserção plena na vida social em igualdade de condições.

**Afirmativa V** A afirmativa 5 está incorreta porque “elementos capacitistas” não constam expressamente entre os critérios elencados no § 1º do art. 2º da LBI, embora o combate ao capacitismo seja coerente com o espírito da lei.

**Gabarito:** alternativa (c)

#### 20. (FAUEL - 2024 - Prefeitura de Maringá - PR - Cuidador Infantil - Feminino)

Nos anos de 1854 e 1857, foram criados no Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial, dois importantes institutos que são considerados marcos fundamentais na história da educação especial no Brasil. Tais institutos foram criados para atender a quais demandas específicas de deficiências?

a) Deficiências mentais e físicas.

b) Deficiências visuais e mentais.



- c) Deficiências visuais e auditivas.
- d) Deficiências auditivas e intelectuais.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque os institutos criados em 1854 e 1857 não foram destinados especificamente ao atendimento de deficiências mentais e físicas.

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque, embora um dos institutos tenha sido voltado para pessoas com deficiência visual, não houve, nesse momento, instituição criada especificamente para deficiência mental.

**Afirmativa C** A alternativa c) está correta porque, em 1854, foi criado o Instituto Benjamin Constant, inicialmente denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos, destinado ao atendimento de pessoas com deficiência visual, e, em 1857, foi criado o Instituto Nacional de Educação de Surdos, à época Instituto dos Surdos-Mudos, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque não houve, nesse período, instituição específica voltada para deficiência intelectual, sendo essa organização posterior na história da Educação Especial brasileira.

**Gabarito:** alternativa (c)

#### 21. (FUNDATEC - 2023 - Prefeitura de Sapucaia do Sul - RS - Auxiliar de Disciplina)

Analisando a história da Educação Especial tanto no Brasil como no mundo, observa-se que ela passou por diferentes etapas até chegar à fase da inclusão, que surgiu na segunda metade da década de 1980 e adentrou o século 21. Sobre o processo de inclusão, assinale a alternativa correta.

- a) Um dos seus princípios norteadores é a valorização da diversidade humana devido à sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas.
- b) O papel do professor deve ser o de manter-se como agente exclusivo de informação e formação.
- c) A integração de alunos nas classes comuns pode acontecer desde que eles consigam adaptar-se a elas, ou seja, sem modificações no processo pedagógico já existente na escola.
- d) A aceitação das diferenças individuais deve ser vista como um obstáculo e não como um atributo.
- e) O professor deve organizar e planejar atividades que evitem o confronto de pontos de vista divergentes para a produção do conhecimento.



### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está correta porque um dos princípios fundamentais da inclusão é a valorização da diversidade humana, reconhecendo que as diferenças enriquecem o ambiente escolar e contribuem para o desenvolvimento de todos.

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque, na perspectiva inclusiva, o professor não é agente exclusivo da informação, mas mediador do conhecimento, promovendo participação, diálogo e construção coletiva da aprendizagem.

**Afirmativa C** A alternativa c) está incorreta porque essa descrição corresponde ao modelo de integração, no qual o aluno deve se adaptar à escola sem que haja mudanças no processo pedagógico, diferentemente da inclusão, que propõe a transformação da escola.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque a aceitação das diferenças é princípio central da inclusão, sendo considerada um atributo positivo e não um obstáculo.

**Afirmativa E** A alternativa e) está incorreta porque a educação inclusiva valoriza o diálogo e o confronto de ideias como parte do processo de construção do conhecimento, não defendendo sua evitação.

**Gabarito:** alternativa (a)

## 22. (FACET Concursos - 2023 - Prefeitura de Barra de Santa Rosa - PB - Professor de Educação Básica 2 - História)

Sobre as fases da Educação Inclusiva no Brasil, assinale a alternativa que NÃO corresponda às quatro fases do processo histórico da educação especial e da educação inclusiva:

- a) Fase da adaptação.
- b) Fase da inclusão total.
- c) Fase da segregação.
- d) Fase da exclusão.
- e) Fase da integração.

### Comentários:



**Afirmativa A** A alternativa a) é a que não corresponde às quatro fases clássicas do processo histórico da Educação Especial e da Educação Inclusiva, pois “fase da adaptação” não é reconhecida como uma etapa autônoma na periodização tradicional. O que se identifica historicamente é a fase da integração, na qual se esperava que o aluno se adaptasse à escola, mas não há uma fase formal denominada apenas “adaptação”.

**Afirmativa B** A alternativa b) está correta enquanto fase histórica, pois a inclusão representa o modelo mais recente, consolidado a partir do final da década de 1980 e fortalecido nos anos 1990, com a proposta de transformar a escola para acolher todos.

**Afirmativa C** A alternativa c) está correta porque a segregação caracteriza o período em que pessoas com deficiência eram atendidas em instituições e classes especiais separadas do ensino comum.

**Afirmativa D** A alternativa d) está correta porque a exclusão marca a fase mais antiga, quando pessoas com deficiência eram afastadas do convívio social e educacional.

**Afirmativa E** A alternativa e) está correta porque a integração foi etapa intermediária, na qual o aluno poderia frequentar a escola comum desde que se adaptasse às suas exigências.

**Gabarito:** alternativa (a)

### 23. (CPCON - 2024 - Prefeitura de Soledade - PB - Cuidador)

O documento que apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, identifica marcos históricos e normativos sobre educação especial no Brasil. Considerando esses marcos, assinale a alternativa CORRETA:

a) No início de 1920, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, no MEC, como a primeira ação da educação inclusiva, pois propunha a integração das crianças com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino regulares.

b) A educação inclusiva vem implicando mudanças estruturais e culturais nas escolas e sistemas de ensino, para que todos os alunos, independentemente de suas especificidades e necessidades educacionais, possam ser atendidos nas salas comuns e, neste sentido, as escolas e classes especiais passaram a ser repensadas.

c) A Política Nacional de Educação na perspectiva da educação inclusiva visa a constituir políticas voltadas exclusivamente para estados e municípios promoverem uma educação com qualidade voltada para contemplar estudantes com deficiência.



d) No Brasil, o atendimento para estudantes com necessidades educacionais teve início no começo do século XX, com o Instituto Pestalozzi.

e) O paradigma educacional que fundamenta a educação inclusiva propõe que igualdade e diferença são valores que se contrapõem, sendo dissociados.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque não houve, no início da década de 1920, a criação de um Centro Nacional de Educação Especial no MEC com foco em inclusão; além disso, a perspectiva inclusiva é posterior e não caracteriza as ações iniciais da educação especial no Brasil.

**Afirmativa B** A alternativa b) está correta porque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) afirma que a inclusão implica mudanças estruturais e culturais nas escolas e nos sistemas de ensino, garantindo que todos os alunos sejam atendidos nas classes comuns, o que levou ao redimensionamento do papel das escolas e classes especiais.

**Afirmativa C** A alternativa c) está incorreta porque a Política Nacional não se destina exclusivamente a estados e municípios, mas orienta o conjunto dos sistemas de ensino brasileiros, no âmbito federal, estadual e municipal.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque o atendimento educacional às pessoas com deficiência no Brasil teve início ainda no período imperial, no século XIX, com a criação de institutos especializados, e não apenas no século XX com o Instituto Pestalozzi.

**Afirmativa E** A alternativa e) está incorreta porque o paradigma inclusivo não contrapõe igualdade e diferença como valores dissociados, mas reconhece que a igualdade se concretiza por meio do respeito às diferenças, articulando equidade e diversidade.

**Gabarito:** alternativa (b)

#### 24. (CPCON - 2023 - Prefeitura de Sumé - PB - Cuidador Educacional)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento do Ministério da Educação (BRASIL, 2008) que objetiva constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos e apresenta marcos históricos e normativos da Educação Especial no Brasil. Sobre como se organizou a Educação Especial no Brasil antes da Constituição de 1988, marque a alternativa CORRETA.



- a) A educação especial nesse período foi estabelecida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular.
- b) Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de 'políticas especiais' para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.
- c) Nesse período, a Educação Especial foi organizada, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, de modo que o Ministério da Educação promoveu um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade.
- d) Nacionalmente, foi estabelecida a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, através da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um dos princípios para o ensino e foi garantida a Educação Especial, como dever do Estado, com a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
- e) Nesse período, foi preconizado que os sistemas de ensino deveriam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegurando a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque, antes da Constituição de 1988, a Educação Especial não era concebida como modalidade transversal e complementar ao ensino regular; predominava a organização paralela e segregada.

**Afirmativa B** A alternativa b) está correta porque, antes de 1988, não havia efetivação de uma política pública universal de acesso à educação com base na inclusão; predominava a lógica de “políticas especiais”, com atendimento segregado às pessoas com deficiência, e o atendimento a estudantes com superdotação era pouco estruturado e não sistematizado em políticas públicas amplas.

**Afirmativa C** A alternativa c) está incorreta porque a organização de sistemas educacionais inclusivos e a promoção estruturada de formação de gestores e educadores são características posteriores, especialmente fortalecidas a partir da década de 1990 e dos anos 2000.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque essa formulação corresponde ao que foi estabelecido com a Constituição Federal de 1988, que garantiu a educação como direito de todos e dever do Estado, inclusive com previsão de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.



**Afirmativa E** A alternativa e) está incorreta porque essa redação se aproxima do que foi consolidado na LDB de 1996, posterior à Constituição de 1988, não caracterizando o período anterior.

**Gabarito:** alternativa (b)

## 25. (IBFC - 2023 - SEE-AC - EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROFESSOR-PNS-P2 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE)

A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização, mas são poucos os relatos escritos a respeito dessas pessoas. Na Antiguidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes, idosas ou deficientes: uma postura era de aceitação, tolerância; outra, majoritária, que optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Esse período é caracterizado pela ignorância e não aceitação do ser deficiente. De acordo com os fundamentos da Educação Especial, analise as afirmativas abaixo.

I. A igreja, no período da Idade Média, condenou o infanticídio, mas ao mesmo tempo acreditava que as anormalidades, deficiências que as pessoas possuíam eram conferidas por causas sobrenaturais.

II. No século XVII e XVIII, observa-se o descaso para com os deficientes mentais, eles eram internados nas mesmas instituições: orfanatos, manicômios, prisões, onde ficavam juntos com outros excluídos, como: delinquentes, doentes mentais, velhos e pobres. Esse período também é conhecido como fase de exclusão, época em que a pessoa com deficiência não recebia nenhuma atenção educacional e nem outros serviços assistenciais.

III. O segundo momento da história da Educação Especial é conhecido por era das instituições ou fase de segregação institucional que compreende finais do século XVIII e começo do século XIX. É nesse período que a Educação Especial realmente iniciou, quando parte da sociedade admite a necessidade de prestar alguma assistência às pessoas com deficiências.

IV. A Educação Especial começa a fundamentar em princípios norteadores. De acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

V. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão, que é considerada terceira fase da educação especial.

Estão corretas as afirmativas:



- a) I, II e III apenas
- b) I, II, IV e V apenas
- c) I, III, IV e V apenas
- d) I, II, III, IV e V

### Comentários:

**Afirmativa I** A afirmativa I está correta porque, na Idade Média, embora a Igreja tenha condenado práticas como o infanticídio, predominava a crença de que deficiências e “anormalidades” eram decorrentes de causas sobrenaturais, muitas vezes associadas a punições divinas ou possessões, o que influenciou a forma de tratamento dessas pessoas.

**Afirmativa II** A afirmativa II está correta porque, nos séculos XVII e XVIII, pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual, eram frequentemente internadas em instituições como manicômios, orfanatos e prisões, junto a outros grupos marginalizados, caracterizando um período de exclusão, sem atendimento educacional sistematizado.

**Afirmativa III** A afirmativa III está correta porque o período conhecido como fase da segregação institucional, entre o final do século XVIII e início do século XIX, marcou o início de iniciativas mais organizadas de atendimento, ainda que segregadas, representando o começo da Educação Especial enquanto campo estruturado.

**Afirmativa IV** A afirmativa IV está correta porque, conforme documentos do MEC/SEESP (1994), a Educação Especial passou a fundamentar-se em princípios como normalização, integração e individualização, além dos princípios democráticos de igualdade e respeito à dignidade humana.

**Afirmativa V** A afirmativa V está correta porque, a partir da década de 1990, especialmente com influências internacionais como a Declaração de Salamanca, consolidou-se a fase da inclusão, entendida como etapa posterior à segregação e à integração.

**Gabarito:** alternativa (d)

## 26. (AMAUC - 2021 - Prefeitura de Alto Bela Vista - SC - Professor Educação Especial)

A Educação Especial no Brasil percorreu, ao longo da história, vários paradigmas, dentre eles, o da Segregação, da Integração e da Inclusão. Em setembro de 2020 o governo federal aprovou por meio do DECRETO Nº 10.502, a proposta da nova Política Nacional de Educação Especial. De acordo com este decreto, a nova política apresenta uma perspectiva:



- a) Equitativa, Igualitária e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- b) Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- c) Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- d) Inclusiva, Igualitária e com Aprendizado em todos os níveis de ensino.
- e) Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado em todos os níveis de ensino.

#### Comentários:

**Afirmativa A** A alternativa a) está incorreta porque, embora a ideia de equidade dialogue com políticas educacionais contemporâneas, o Decreto nº 10.502/2020 não utilizou a expressão “igualitária” como eixo central de sua formulação.

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque, apesar de mencionar inclusão e aprendizado ao longo da vida, a redação oficial do decreto acrescenta outro elemento conceitual que não está contemplado nessa alternativa.

**Afirmativa C** A alternativa c) está correta porque o Decreto nº 10.502/2020 instituiu a Política Nacional de Educação Especial com a denominação de política “equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida”, conforme consta em seu texto oficial.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque substitui “aprendizado ao longo da vida” por “aprendizado em todos os níveis de ensino”, o que altera a formulação utilizada no decreto.

**Afirmativa E** A alternativa e) está incorreta porque também modifica a expressão oficial ao trocar “ao longo da vida” por “em todos os níveis de ensino”, não correspondendo ao texto do decreto.

**Gabarito:** alternativa (c)

## 27. (Instituto Consulplan - 2024 - Prefeitura de Santa Maria de Jetibá - ES - Pedagogo Social)

Os desafios presentes na história da educação sobre o acesso e a permanência dos educandos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino inclusivas, no decorrer das últimas décadas, geraram inúmeras reflexões, debates e discussões envolvendo os diversos setores da sociedade, da economia e da política, que promoveram a implementação de ações legais sobre a inclusão destes no contexto escolar. A educação especial na perspectiva inclusiva tem como objetivo assegurar o acesso dos



alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação ao ensino regular, norteando os sistemas de ensino para gerar respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- I. Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- II. Atendimento educacional especializado.
- III. Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino.
- IV. Participação da família e da comunidade.
- V. Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

São consideradas garantias previstas nesta política o que se afirma em

- a) I, II, III, IV e V.
- b) III, apenas.
- c) II e V, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

#### Comentários:

**Afirmativa I** A afirmativa I está correta porque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prevê a transversalidade da educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, da Educação Infantil à Educação Superior.

**Afirmativa II** A afirmativa II está correta porque o atendimento educacional especializado é uma das garantias centrais da política, devendo ser ofertado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular.

**Afirmativa III** A afirmativa III está correta porque a política assegura a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino, evitando interrupções no percurso formativo dos estudantes público-alvo da educação especial.

**Afirmativa IV** A afirmativa IV está correta porque a participação da família e da comunidade é reconhecida como elemento fundamental para a efetivação das práticas inclusivas.

**Afirmativa V** A afirmativa V está correta porque a política enfatiza a articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social e outras áreas para implementação efetiva das ações inclusivas.



**Gabarito: alternativa (a)**

**28. (Avança SP - 2024 - Prefeitura de Caconde - SP - Professor de Educação Básica I)**

Em relação à legislação e política educacional na perspectiva da educação inclusiva, assinale o marco histórico e normativo que tem como “eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada”.

- a) Criação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.
- b) Criação do Centro Nacional de Educação Especial.
- c) Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Publicação da Política Nacional de Educação Especial.
- e) Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**Comentários:**

**Afirmativa A** A alternativa a) está correta porque o Plano de Desenvolvimento da Educação estabeleceu como eixos ações como formação de professores para a educação especial, implantação de salas de recursos multifuncionais, promoção da acessibilidade arquitetônica, ampliação do acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação superior e monitoramento da frequência escolar dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**Afirmativa B** A alternativa b) está incorreta porque a criação do Centro Nacional de Educação Especial não contempla esse conjunto estruturado de eixos estratégicos descritos no enunciado.

**Afirmativa C** A alternativa c) está incorreta porque o Estatuto da Criança e do Adolescente trata da proteção integral à criança e ao adolescente, não se configurando como política estruturada nesses eixos específicos da educação inclusiva.

**Afirmativa D** A alternativa d) está incorreta porque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta conceitualmente a inclusão, mas os eixos mencionados no enunciado estão vinculados ao PDE.



**Afirmativa E** A alternativa d) está incorreta porque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta conceitualmente a inclusão, mas os eixos mencionados no enunciado estão vinculados ao PDE.

**Gabarito:** alternativa (a)

## LISTA DE QUESTÕES

### 1. (2025– Instituto Secplan- Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (ES)- Professor MAMPA - Educação Infantil 25h)

Consoante o documento “Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC (2001)” o direito à educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais está fundamentado nos seguintes princípios:

- a) a conquista do conhecimento, a garantia do letramento e a participação coletiva
- b) a aprendizagem contínua, a afirmação da identidade e a aceitação coletiva
- c) o conhecimento universal técnico-científico, a preservação da diversidade e a promoção social
- d) a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania

### 2. (2026 – FUNDATEC- Prefeitura Municipal de Agudo (RS)- Professor de Educação Infantil)

A Lei nº 7.853/1989 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) convergem ao determinar que, para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência (PCD), o sistema de ensino deve garantir:

- I. A inclusão no ensino regular e a oferta obrigatória de Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.
- II. A criação de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos acessíveis para atender às necessidades específicas da PCD.
- III. A atuação do professor do AEE como substituto do professor da classe comum, sendo o responsável por todo o conteúdo pedagógico do aluno com deficiência.

Quais estão corretas?



- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

### **3. (2025– Instituto Secplan- Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (ES)- Professor MAMPA - Educação Infantil 25h)**

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) estabelecem, no âmbito político, que os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para:

- a) o aproveitamento de todos os professores de nível superior com formação em educação especial
- b) assegurar, aos alunos com condições de comunicação e sinalização diferenciadas, atendimento no contraturno com profissionais especializados
- c) o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns
- d) As crianças eram inseridas precocemente no trabalho, não havia distinção entre elas e os adultos; os laços autorizar o funcionamento de novas escolas em caráter provisório desde que preencham os requisitos de infraestrutura para acessibilidade de alunos com necessidades especiais no prazo máximo de dois anos

### **4. (2023– IDCAP- Prefeitura Municipal de Aracruz (ES)- Professor Educação Infantil)**

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (...)

(<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>) – (P.1617) – (Adaptado)

Nessa vertente de compreensão, tem-se que:



I. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola.

II. Quando a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, ela define como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

III. Nos casos já mencionados e em outros casos, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

IV. O atendimento educacional especializado para os alunos surdos é ofertado apenas na modalidade oral, com gestos e movimentos, próprios da língua de sinais.

Marque a alternativa com a série correta.

a) Apenas I, II e III.

b) I, II, III e IV.

c) Apenas I, III e IV.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas III e IV.

## 5. (COPERVE - UFSC - 2018 - UFSC - Pedagogo - Educação Especial)

Sobre a história da educação especial, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

( ) Atualmente considera-se que o termo mais adequado para se referir aos estudantes com alguma deficiência é “portador de deficiência”.

( ) A educação especial sempre se caracterizou e se organizou em uma perspectiva inclusiva.

( ) A história da educação das pessoas com deficiência no Brasil mostra que o poder público assumiu integralmente o atendimento educacional dessas pessoas desde o período imperial.

( ) Por muito tempo a educação especial foi ofertada como atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, em instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.



- a) F – V – V – F
- b) V – F – F – V
- c) F – F – F – V
- d) V – V – F – F
- e) V – F – V – F

## 6. (Unoesc - 2024 - Prefeitura de Joaçaba - SC - Profissional de Educação Especial)

A história da Educação Especial, no Brasil e no mundo, remonta a séculos de evolução e mudanças significativas. Desde as primeiras iniciativas de segregação até os movimentos de inclusão, diversos eventos marcaram esse percurso. Porém, um evento histórico internacional marcou um avanço significativo na perspectiva inclusiva da Educação Especial.

Assinale a alternativa que indica qual foi o evento histórico que marcou o avanço da Educação Especial.

- a) A Declaração de Viena, em 1993.
- b) A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006.
- c) A Declaração de Salamanca, em 1994.
- d) O Tratado de Versalhes, em 1919.

## 7. (UFSC - 2023 - UFSC - Pedagogo/Educação Especial)

Com base na história da educação especial e do atendimento às pessoas com deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) Inicialmente, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram consideradas improdutivas e encaminhadas para instituições especializadas. Por influência dos organismos internacionais, foram propostas políticas de perspectiva inclusiva.
- b) Ao longo da história, as pessoas com deficiência sempre foram matriculadas em escolas da educação básica.



- c) As pessoas com deficiência sempre estudaram em instituições especializadas, independentemente dos encaminhamentos das políticas educacionais brasileiras.
- d) As pessoas com deficiência não tiveram nenhum tipo de atendimento educacional especializado ao longo da história.
- e) As primeiras instituições especializadas no Brasil foram para pessoas com deficiência intelectual, em função das suas especificidades.

#### 8. (FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Santa Rosa - RS - Professor de Educação Especial)

Considerando as características da história da Educação Especial no Brasil e o período conhecido como “institucionalização”, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na década de 1930, a sociedade começou a organizar associações de pessoas envolvidas com a questão da deficiência, através da criação de instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente em localidades distantes das famílias.
- b) Na década de 1930, foram observadas ações governamentais visando à criação de instituições para atender às necessidades das pessoas com deficiência, sendo criadas escolas anexas aos hospitais e ao ensino regular.
- c) A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) foi fundada em 1950 com o objetivo de habilitar e reabilitar crianças e jovens com deficiência física, visando à integração social.
- d) Em 1926, foi criado o primeiro Instituto Pestalozzi do Brasil, inicialmente funcionando como um internato voltado para o atendimento de pessoas com deficiência visual.
- e) O grande aumento no número de instituições ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, com o predomínio de instituições voltadas para os estudantes com deficiência intelectual.

#### 9. (CEPERJ - 2022 - AL-MA - Técnico de Gestão Administrativa - Pedagogo)

Na história da Educação Especial Brasileira, podemos dizer que um modo cronologicamente organizado, que passamos pelos seguintes modelos:

I. Os anos 1970 representam a \_\_\_\_\_ da Educação Especial.

II. Nos anos 1980, tendo como influência o Artigo 208 da Constituição Federal, práticas tradicionais da Educação Especial passaram a ser questionadas e iniciamos o modelo denominado \_\_\_\_\_



III. Nos anos 1990, seguindo a tendência mundial pela escola que acolha todos os alunos, independente de suas características físicas, sensoriais ou intelectuais, demos início ao modelo atual denominado Educação \_\_\_\_\_.

Marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de palavras, completando os espaços em branco das sentenças acima.

- a) Segregação, Integração, Inclusiva.
- b) Socialização, Integração, Inclusiva.
- c) Institucionalização, Integração, Inclusiva.
- d) Institucionalização, Socialização, Integracionista.

#### **10. (2024- Instituto JK- Prefeitura Municipal de Icatu (MA)- Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano)**

A inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino é um tema de grande relevância e debate na educação contemporânea. Trata-se de um processo que visa não apenas a presença física desses estudantes em sala de aula, mas também a sua participação ativa e o respeito às suas necessidades específicas. Nesse contexto, considere as seguintes proposições e identifique o que verdadeiramente significa incluir esses estudantes no ambiente educacional regular:

- A) Valorizar a diversidade inerente ao ambiente escolar e prover métodos de ensino adaptados para atender às necessidades individuais dos estudantes.
- B) Garantir a presença do estudante com deficiência na sala de aula, assegurando sua convivência com os demais estudantes.
- C) Permitir que o estudante com deficiência realize atividades distintas dentro da sala de aula, enfatizando a importância de sua integração.
- D) Manter inalterada a rotina escolar, esperando que o estudante com deficiência se ajuste ao sistema educacional existente.



### 11. (2024- Instituto JK- Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues (MA) - Professor de Educação Infantil)

Leia o trecho a seguir:

“... que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.” (Declaração de Salamanca, 1994, p.18)

A modalidade de educação a qual o texto se refere é:

- A) Educação Especial.
- B) Educação de Jovens e Adultos
- C) Educação Profissional.
- D) Educação a Distância

### 12. (VUNESP - 2022 - Prefeitura de Rio Claro - SP - Professor de Educação Básica 1 (Quadro 2))

De acordo com A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), “Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão

- a) política”.
- b) cultural”.
- c) econômica”.
- d) pedagógica”.
- e) democrática”.



### 13. (FAU - 2024 - Prefeitura de Bom Jesus do Sul - PR - Professor Especialista)

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve marcos históricos e sociais de suma importância no desenvolvimento de Políticas Públicas bem como de Organizações de Trabalho Pedagógico. Assim, em termos de História da Educação Especial, podemos pontuar CORRETAMENTE como:

- a) Não existem traços marcantes nem temporais do atendimento aos deficientes brasileiros.
- b) Não existem registros em termos históricos das pessoas com deficiência, apenas as Leis.
- c) É importante que adentremos os espaços históricos para compreender que a Educação Especial e o atendimento a pessoas com deficiência não tem importância no contexto nacional.
- d) No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.
- e) A História da Educação aborda apenas as questões das pessoas surdas, reconhecendo-as, somente.

### 14. (2024- FURB- Prefeitura Municipal de Timbó (SC)- Secretária de Escola)

O ODS 4 da Agenda 2030 enfatiza:

- A) Estabelecer metas de universalização da educação básica com foco na ampliação quantitativa do acesso às escolas.
- B) Priorizar a implementação de tecnologias educacionais e infraestrutura digital como principal estratégia para alcançar a qualidade na educação global.
- C) Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- D) Promover parcerias público-privadas como principal mecanismo para garantir a expansão do acesso à educação de qualidade.



E) Fortalecer o ensino profissionalizante e técnico como caminho preferencial para o desenvolvimento sustentável das nações em desenvolvimento.

**15. (2025- OBJETIVA- Prefeitura Municipal de Rio Negro (PR)- Bibliotecário)**

Conforme a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas o cordão de fitas com desenhos:

- A) De quebra-cabeça.
- B) De girassóis.
- C) Do infinito.
- D) De borboletas.

**16. (2025- INAZ DO PARÁ- Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul (SC)- Professor de Educação Infantil 20h - Habilitado)**

A promoção da inclusão e diversidade na Educação Infantil visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições sociais, culturais, étnicas ou com deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas particularidades e potencializando seu desenvolvimento integral.

Assinale a alternativa CORRETA sobre a promoção da inclusão e diversidade na Educação Infantil.

- A) A promoção da inclusão e diversidade na Educação Infantil deve ser feita apenas quando houver crianças com necessidades especiais ou deficiências, desconsiderando as diferenças culturais, étnicas e sociais presentes nas turmas.
- B) A educação inclusiva deve envolver a adaptação do currículo e das atividades para que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências ou em situação de vulnerabilidade, possam participar ativamente do processo de aprendizagem.
- C) A promoção da diversidade na Educação Infantil deve ser focada apenas na celebração de datas comemorativas relacionadas a diferentes culturas, sem considerar a incorporação de temas diversos no currículo diário.
- D) A inclusão e a promoção da diversidade na Educação Infantil não necessitam de formação específica dos professores, já que todos os docentes são naturalmente capacitados para lidar com essas questões de maneira geral.



E) A inclusão de crianças com deficiência ou em situação de vulnerabilidade não requer ajustes pedagógicos, já que todas as crianças têm as mesmas condições de aprendizado quando estão em um ambiente de ensino comum.

### **17. (2025- UNESC- Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)- Professor Adjunto de Educação Infantil 20h)**

Guia essencial para promover a inclusão e a equidade na educação brasileira, oferecendo orientações práticas e abrangentes para garantir uma abordagem educacional adaptada às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O texto faz um relato sobre:

- A) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.
- B) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
- C) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

### **18. (2024- CEV UECE- Prefeitura Municipal de Itapipoca (CE)- Professor de Educação Infantil)**

Considerando as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente no Brasil desde janeiro de 2008, analise as seguintes afirmações:

- I. Ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, compete aos sistemas de ensino disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras.
- II. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.
- III. O atendimento educacional especializado deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, disponibilizando atividades e programas de cunho curricular (como o ensino de linguagens),



atuando de forma substitutiva ou complementar ao processo de escolarização realizado na sala de aula comum.

IV. O atendimento educacional especializado é de oferta obrigatória dos sistemas de ensino, podendo ser realizado no mesmo turno da classe comum, na escola onde o aluno está matriculado ou em centro especializado que realize esse serviço educacional.

Está correto somente o que se afirma em

A) I e II.

B) I e III.

C) III e IV.

D) II e IV.

#### **19. (2024- FEPESE- Prefeitura Municipal de Concórdia (SC)- Professor de Ensino Religioso - Habilitado)**

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No artigo 2º da referida lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

1. Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
2. Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
3. A limitação no desempenho de atividades.
4. A restrição de participação.
5. Os elementos capacitistas.



Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

## 20. (FAUEL - 2024 - Prefeitura de Maringá - PR - Cuidador Infantil - Feminino)

Nos anos de 1854 e 1857, foram criados no Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial, dois importantes institutos que são considerados marcos fundamentais na história da educação especial no Brasil. Tais institutos foram criados para atender a quais demandas específicas de deficiências?

- a) Deficiências mentais e físicas.
- b) Deficiências visuais e mentais.
- c) Deficiências visuais e auditivas.
- d) Deficiências auditivas e intelectuais.

## 21. (FUNDATEC - 2023 - Prefeitura de Sapucaia do Sul - RS - Auxiliar de Disciplina)

Analisando a história da Educação Especial tanto no Brasil como no mundo, observa-se que ela passou por diferentes etapas até chegar à fase da inclusão, que surgiu na segunda metade da década de 1980 e adentrou o século 21. Sobre o processo de inclusão, assinale a alternativa correta.

- a) Um dos seus princípios norteadores é a valorização da diversidade humana devido à sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas.
- b) O papel do professor deve ser o de manter-se como agente exclusivo de informação e formação.



- c) A integração de alunos nas classes comuns pode acontecer desde que eles consigam adaptar-se a elas, ou seja, sem modificações no processo pedagógico já existente na escola.
- d) A aceitação das diferenças individuais deve ser vista como um obstáculo e não como um atributo.
- e) O professor deve organizar e planejar atividades que evitem o confronto de pontos de vista divergentes para a produção do conhecimento.

## **22. (FACET Concursos - 2023 - Prefeitura de Barra de Santa Rosa - PB - Professor de Educação Básica 2 - História)**

Sobre as fases da Educação Inclusiva no Brasil, assinale a alternativa que NÃO corresponda às quatro fases do processo histórico da educação especial e da educação inclusiva:

- a) Fase da adaptação.
- b) Fase da inclusão total.
- c) Fase da segregação.
- d) Fase da exclusão.
- e) Fase da integração.

## **23. (CPCON - 2024 - Prefeitura de Soledade - PB - Cuidador)**

O documento que apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, identifica marcos históricos e normativos sobre educação especial no Brasil. Considerando esses marcos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No início de 1920, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, no MEC, como a primeira ação da educação inclusiva, pois propunha a integração das crianças com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino regulares.



- b) A educação inclusiva vem implicando mudanças estruturais e culturais nas escolas e sistemas de ensino, para que todos os alunos, independentemente de suas especificidades e necessidades educacionais, possam ser atendidos nas salas comuns e, neste sentido, as escolas e classes especiais passaram a ser repensadas.
- c) A Política Nacional de Educação na perspectiva da educação inclusiva visa a constituir políticas voltadas exclusivamente para estados e municípios promoverem uma educação com qualidade voltada para contemplar estudantes com deficiência.
- d) No Brasil, o atendimento para estudantes com necessidades educacionais teve início no começo do século XX, com o instituto Pestalozzi.
- e) O paradigma educacional que fundamenta a educação inclusiva propõe que igualdade e diferença são valores que se contrapõem, sendo dissociados.

#### **24. (CPCON - 2023 - Prefeitura de Sumé - PB - Cuidador Educacional)**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento do Ministério da Educação (BRASIL,2008) que objetiva constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos e apresenta marcos históricos e normativos da Educação Especial no Brasil. Sobre como se organizou a Educação Especial no Brasil antes da Constituição de 1988, marque a alternativa CORRETA.

- a) A educação especial nesse período foi estabelecida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular.
- b) Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de 'políticas especiais' para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.
- c) Nesse período, a Educação Especial foi organizada, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, de modo que o Ministério da Educação promoveu um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade.
- d) Nacionalmente, foi estabelecida a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, através da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um dos princípios para o ensino e foi garantida a



Educação Especial, como dever do Estado, com a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

e) Nesse período, foi preconizado que os sistemas de ensino deveriam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegurando a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

## **25. (IBFC - 2023 - SEE-AC - EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROFESSOR-PNS-P2 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE)**

A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização, mas são poucos os relatos escritos a respeito dessas pessoas. Na Antiguidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes, idosas ou deficientes: uma postura era de aceitação, tolerância; outra, majoritária, que optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Esse período é caracterizado pela ignorância e não aceitação do ser deficiente. De acordo com os fundamentos da Educação Especial, analise as afirmativas abaixo.

I. A igreja, no período da Idade Média, condenou o infanticídio, mas ao mesmo tempo acreditava que as anormalidades, deficiências que as pessoas possuíam eram conferidas por causas sobrenaturais.

II. No século XVII e XVIII, observa-se o descaso para com os deficientes mentais, eles eram internados nas mesmas instituições: orfanatos, manicômios, prisões, onde ficavam juntos com outros excluídos, como: delinquentes, doentes mentais, velhos e pobres. Esse período também é conhecido como fase de exclusão, época em que a pessoa com deficiência não recebia nenhuma atenção educacional e nem outros serviços assistenciais.

III. O segundo momento da história da Educação Especial é conhecido por era das instituições ou fase de segregação institucional que compreende finais do século XVIII e começo do século XIX. É nesse período que a Educação Especial realmente iniciou, quando parte da sociedade admite a necessidade de prestar alguma assistência às pessoas com deficiências.

IV. A Educação Especial começa a fundamentar em princípios norteadores. De acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

V. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão, que é considerada terceira fase da educação especial.



Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III apenas
- b) I, II, IV e V apenas
- c) I, III, IV e V apenas
- d) I, II, III, IV e V

## 26. (AMAUC - 2021 - Prefeitura de Alto Bela Vista - SC - Professor Educação Especial)

A Educação Especial no Brasil percorreu, ao longo da história, vários paradigmas, dentre eles, o da Segregação, da Integração e da Inclusão. Em setembro de 2020 o governo federal aprovou por meio do DECRETO Nº 10.502, a proposta da nova Política Nacional de Educação Especial. De acordo com este decreto, a nova política apresenta uma perspectiva:

- a) Equitativa, Igualitária e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- b) Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- c) Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
- d) Inclusiva, Igualitária e com Aprendizado em todos os níveis de ensino.
- e) Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado em todos os níveis de ensino.

## 27. (Instituto Consulplan - 2024 - Prefeitura de Santa Maria de Jetibá - ES - Pedagogo Social)

Os desafios presentes na história da educação sobre o acesso e a permanência dos educandos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino inclusivas, no decorrer das últimas décadas, geraram inúmeras reflexões, debates e discussões envolvendo os diversos setores da sociedade, da economia e da política, que promoveram a implementação de ações legais sobre a inclusão destes no contexto escolar. A educação especial na perspectiva inclusiva tem como objetivo assegurar o acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação ao ensino regular, norteando os sistemas de ensino para gerar respostas às necessidades educacionais, garantindo:



- I. Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- II. Atendimento educacional especializado.
- III. Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino.
- IV. Participação da família e da comunidade.
- V. Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

São consideradas garantias previstas nesta política o que se afirma em

- a) I, II, III, IV e V.
- b) III, apenas.
- c) II e V, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

## **28. (Avança SP - 2024 - Prefeitura de Caconde - SP - Professor de Educação Básica I)**

Em relação à legislação e política educacional na perspectiva da educação inclusiva, assinale o marco histórico e normativo que tem como “eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada”.

- a) Criação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.
- b) Criação do Centro Nacional de Educação Especial.
- c) Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Publicação da Política Nacional de Educação Especial.
- e) Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



## GABARITO



- |       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 1. D  |       |       |
| 2. B  |       |       |
| 3. C  |       |       |
| 4. A  |       |       |
| 5. C  |       |       |
| 6. C  |       |       |
| 7. A  |       |       |
| 8. D  |       |       |
| 9. C  |       |       |
| 10. A |       |       |
| 11. A |       |       |
|       | 12. D | 22. A |
|       | 13. D | 23. B |
|       | 14. C | 24. B |
|       | 15. B | 25. D |
|       | 16. B | 26. C |
|       | 17. A | 27. A |
|       | 18. A | 28. A |
|       | 19. C |       |
|       | 20. C |       |
|       | 21. A |       |



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.